

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

Renata Brum Kerchiner

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NA
PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCADORES E ALUNOS**

São Lourenço do Sul, RS
2018

Renata Brum Kerchiner

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NA
PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCADORES E ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora Prof^a Dra.: Belkis Souza Bandeira

São Lourenço do Sul, RS
2018

Renata Brum Kerchiner

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NA
PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCADORES E ALUNOS**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD) em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS) como requisito parcial para a obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Aprovado em 24 de maio de 2018:

Belkis Souza Bandeira, Prof^a Dra. (UFSM)
Presidente/Orientador

Eliane de Ávila Colussi, Prof^a Ma (UFSM)

Sueli Menezes Pereira, Prof^a Dra. (UFSM)

São Lourenço do Sul, RS
2018

AGRADECIMENTOS

Agradeço o apoio e a compreensão da minha família e do meu esposo Roger nos momentos de minha ausência do convívio para que este curso fosse concluído com sucesso.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, nas pessoas de sua Diretora Ivani Cristina Moreira Sanchez, Vice- Diretoras Vanessa Beiersdorf Duarte e Luciana Buchorn e Orientadora Kátia Ejoski Vargas que não mediram esforços para me auxiliarem em cada etapa sendo colaborativas e compreensivas nos momentos mais delicados.

À minha orientadora que mesmo com a distância procurou se fazer presente indicando os caminhos e acolhendo as angústias que surgiam.

Aos pais, alunos e educadores da Escola Manoel da Silva Pacheco que aceitaram o desafio da pesquisa e devolveram no prazo solicitado as entrevistas compreendendo a importância de sua participação para a conclusão deste estudo.

Muito obrigada a todos.

RESUMO

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NA PERSPECTIVA DE PAIS, EDUCADORES E ALUNOS

Autora: Renata Brum Kerchiner
Orientadora: Belkis Souza Bandeira

Este trabalho tem por objetivo analisar brevemente a transformação histórica pela qual família e escola passaram e identificar como essas instituições foram se adaptando aos novos tempos e como hoje se percebe influências destes novos tempos na relação escola e família. Através do dia a dia escolar, na atuação em supervisão escolar, identifica-se que os docentes anseiam por participação dos pais de maneira mais sólida. Em contrapartida não apresentam argumentos para esta participação que consideram insuficiente, recaindo a frases clichês que não estão amparadas em elementos reais e sim em suposições. Para se buscar elementos concretos sobre as questões da participação da família na escola, sob os pontos de vista daqueles envolvidos no processo educacional, optou-se pela abordagem qualitativa do tipo pesquisa-participativa, com o objetivo de subsidiar a Gestão Escolar com dados concretos sobre a participação dos pais com o fim maior de fortalecer a Gestão Democrática no âmbito da Instituição. Um questionário, com questões objetivas e dissertativas, foi aplicado a uma amostra de pais, educadores e alunos regularmente matriculados de 6º a 9º ano, entre os meses de abril e maio de 2018, da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, do município de Camaquã/RS. Buscou-se discutir os dados obtidos com amparo teórico de estudiosos e à luz das legislações vigentes tanto em âmbito Federal quanto Estadual. Concluiu -se que as famílias reconhecem não participar tanto quanto gostariam e que o empecilho maior se deve ao conflito do horário de trabalho com o horário de atendimento escolar. As famílias identificam os mecanismos de participação ofertados pela escola e acompanham os cadernos dos filhos, o que foi corroborado pelas respostas obtidas dos alunos. Os educadores reconhecem que medidas adotadas pela equipe gestora da escola favoreceu o diálogo com os pais e a aproximação das famílias da escola. A desvalorização dos profissionais da educação e do ensino público também foram identificados pelos educadores e pelas famílias como agravante na relação escola e família.

Palavras chaves: Participação; Família; Escola.

ABSTRACT

PARTICIPATION OF THE FAMILY IN SCHOOL IN THE PERSPECTIVE OF PARENTS, EDUCATORS AND STUDENTS

Author: Renata Brum Kerchiner

Advisor: Belkis Souza Bandeira

This work aims to analyze briefly the historical transformation through which family and school passed and identify how these institutions were adapting to the new times and how today, one can perceive influences of these new times in the relationship school and family. Through the day-to-day school day, in acting in school supervision, it is identified that teachers yearn for parental involvement in a more solid way. On the other hand, they do not present arguments for this participation that they consider insufficient, falling to clichés that are not based on real elements, but on assumptions. In order to find concrete elements on the issues of family participation in school, from the points of view of those involved in the educational process, the qualitative approach of the research-participative type was chosen, with the objective of subsidizing School Management with concrete data on the participation of parents with the greater purpose of strengthening Democratic Management within the Institution. A questionnaire, with objective and dissertative questions, was applied to a sample of parents, educators and students, from students enrolled in grades 6 to 9, between April and May 2018, at the Manoel da Silva State School of Elementary Education Pacheco, in the municipality of Camaquã / RS. We sought to discuss the data obtained with the theoretical support of scholars and in light of the laws in force at both the Federal and State levels. It was concluded that families recognize that they do not participate as much as they would like and that the greater obstacle is due to the conflict of working hours with school hours. Families identify the mechanisms of participation offered by the school and accompany the children's notebooks, which was corroborated by the students' answers. Educators recognize that measures taken by the school management team favored dialogue with parents and the approach of school families. The devaluation of education and public education professionals were also identified by educators and families as aggravating in relation to school and family.

Key words: Participation; Family; School.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Análise da faixa etária dos educadores e da equipe gestora	36
Gráfico 2 -	Análise da faixa etária dos pais	37
Gráfico 3 -	Análise da faixa etária dos alunos	37
Gráfico 4 -	Análise do estado civil dos educadores e equipe gestora	38
Gráfico 5 -	Análise do estado civil dos pais	38
Gráfico 6 -	Análise do nível de escolaridade dos educadores e equipe gestora	39
Gráfico 7 -	Análise do Nível de escolaridade dos pais	40
Gráfico 8 -	Resposta dos educadores e equipe gestora para a questão "a"	41
Gráfico 9 -	Resposta dos pais para a questão "f"	41
Gráfico 10 -	Resposta dos educadores e equipe gestora para a questão "b"	42
Gráfico 11 -	Resposta dos pais para a questão "g"	43
Gráfico 12 -	Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão "c"	44
Gráfico 13 -	Resposta dos pais para a questão "e"	45
Gráfico 14 -	Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão "d"	47
Gráfico 15 -	Resposta dos pais para a questão "h"	47
Gráfico 16 -	Resposta dos alunos para a questão "d"	48
Gráfico 17 -	Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão "e"	53

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NO CONTEXTO POLÍTICO DO PAÍS	12
3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS	18
3.1 CONCEITUANDO DEMOCRACIA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	18
3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	22
4 A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS	28
5 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA ESCOLHIDA	33
6 METODOLOGIA	34
7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS	36
7.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS QUESTÕES OBJETIVAS.....	36
7.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS.....	49
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO	63
APÊNDICE B - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS PAIS	65
APÊNDICE C - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS EDUCADORES E DA EQUIPE GESTORA	68
APÊNDICE D - INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS	71

1 INTRODUÇÃO

A temática da participação de pais na escola é assunto recorrente no ambiente escolar e nas conversas entre os educadores. A atuação como docente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental permite perceber que os perfis participativos se alteram a cada etapa da escolarização, em especial nos Anos Finais do Ensino Fundamental, se comparado às etapas anteriores.

Atuando no Serviço de Supervisão Escolar dos Anos Finais do Ensino Fundamental recebo muitas queixas dos educadores da não participação e envolvimento da família na escola, mas não embasam seus questionamentos, recaindo ao senso comum e à hipóteses que não abrangem a amplitude dos motivos que podem levar à esse fato.

A atuação como docente na Educação Infantil e também junto ao Ensino Fundamental permite esse olhar um pouco mais abrangente sobre as famílias desde quando as crianças ingressam na escola.

Essa percepção desde a etapa inicial da escolarização permite refletir que os docentes estão incomodados com uma participação familiar no Ensino Fundamental que, se não for construída anteriormente, trará reflexos na nova etapa de educação das crianças e adolescentes.

Para discutir a questão da participação das famílias na escola, buscou-se, no capítulo 2 analisar a essa participação conforme o contexto político do país, pois ao longo do processo histórico percebe-se que houve a transferência das funções educativas da família para o Estado em alguns momentos e, em outros, buscou-se esta reaproximação.

Com o passar do tempo e as mudanças da sociedade, novas configurações familiares se apresentam, as famílias ficam ausentes grande parte do tempo trabalhando e a escola, precisando dar conta da escolarização dos alunos, percebe o afastamento constante da família do ambiente escolar e o grande insucesso por parte dos alunos.

A realidade da Instituição escolhida, que oferta apenas o Ensino Fundamental, é de bastante proximidade dos pais com a escola tendo em vista ser uma escola de bairro, com grande parte da comunidade morando em seu entorno e que, tendo 62 anos de história, tem, em muitos pais, antigos alunos,

que se identificam afetivamente com a mesma e que, ao matricularem os filhos, buscam uma espécie de transmissão de herança dessa ligação que tem com a escola.

A importância desta presença dos pais, sobretudo participando ativamente das decisões na escola, é abordada no capítulo 3, onde se destaca a Gestão Democrática e se conceitua democracia a fim de que se vislumbre que a efetiva Gestão Democrática da escola pública só acontece mediante a participação de sua comunidade escolar em todas as instâncias e em todos os assuntos relativos à escola.

Apesar desta proximidade entre as famílias e a Instituição selecionada nem tudo são flores nesta relação escola e família. As famílias que buscam a escola hoje têm compromissos, especialmente os laborais, que em outros tempos seus pais não tinham, o que os conduzem a um afastamento da escola mesmo com o desejo de estarem presentes.

Para que se busque elementos reais deste afastamento e da importância da família no sucesso da vida escolar dos alunos, indo-se além do campo das especulações, propõe-se este estudo que buscará analisar, sob a óptica de pais, de educadores e de alunos regularmente matriculados entre os meses de abril e maio de 2018, em turmas de 6º ano a 9º ano, dos Anos Finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, situada no município de Camaquã/RS, qual a concepção destes a respeito da participação da família na vida escolar do educando e como promover espaços para que essa participação se concretize com vistas a garantir o sucesso escolar?

Além disso, se pretende identificar a atuação da gestão escolar frente à promoção de espaços de diálogos entre educadores e pais bem como os desafios e dificuldades encontrados por esta para que ocorra a participação da família na escola, os mecanismos de participação ofertados pela escola e o conhecimento das famílias a respeito destes. Pretende-se também, verificar se as famílias se consideram atuantes na vida escolar dos seus filhos e que meios de participação seriam mais adequados a essa atuação e participação.

Para coletar os dados optou-se pela abordagem qualitativa do tipo pesquisa-participativa. Um questionário, com questões objetivas e dissertativas foi aplicado à uma amostra composta por duas famílias e dois alunos,

regularmente matriculados de 6º a 9º do Ensino Fundamental na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, do município de Camaquã/RS, o que gerou um total de 32 entrevistas, sendo 16 entrevistas de famílias e 16 de alunos. Também aplicou-se questionário à equipe gestora da escola (4 entrevistas) bem como aos docentes atuantes nos Anos Finais do Ensino Fundamental da supracitada escola gerando outras 15 entrevistas. Ao todo a amostra de pesquisa contemplou 51 entrevistas.

Com o questionário aplicado procurou-se obter elementos da realidade educacional da Instituição selecionada, analisando a participação da família na escola através dos olhares dos diferentes segmentos da comunidade. O objetivo é subsidiar a Gestão Escolar com dados concretos sobre a participação dos pais que possam ser utilizados para aproximar ainda mais a família da escola, buscando-se, desta forma, o fortalecimento da Gestão Democrática através da participação da comunidade escolar.

Esta participação familiar, na quase totalidade das escolas, se resume a uma participação singela através da representatividade em Conselhos Escolares e Círculo de Pais e Mestres, que se fazem presentes pontualmente quando chamados pela direção da escola; na participação em festividades, com vistas a contribuir para o sucesso da mesma; em reuniões trimestrais de entrega de avaliação e um ou outro chamamento da coordenação pedagógica ou da Direção da escola para tratar assuntos específicos. Esta questão é discutida no capítulo 4.

Aborda-se no mesmo também que não se observa a participação familiar em assembleias periódicas para pontuar os problemas da escola e apontar soluções. Os pais mais críticos são taxados de chatos e quase sempre evita-se o chamamento destes. O campo da participação das famílias, do ponto de vista das conversas e debates superficiais dos educadores, geralmente recai no discurso que os pais precisam auxiliar os alunos em casa, quando esse auxílio ao aluno na escola é falho, muitas vezes, pela própria atuação docente.

Tem-se buscado uma participação que não passa de mera presença para ouvir os recados e buscar boletins. Não se tem na escola espaço para discutir com as famílias dando-lhes liberdade de “tocar nas feridas” que a escola tem e faz de conta que não tem.

Cabe destacar, que tanto os educadores quanto os pais não expuseram suas expectativas um ao outro sobre o que consideram participação efetiva na escola. Logo, o que cada grupo pode ter como ideia do que seja este assunto pode estar apenas no campo dos ideais de cada um e, não sendo bem pontuado, permanecerá apenas como as expectativas de cada um.

A presença dos pais na escola, com frequência, também é questionada pelos educadores nas conversas informais, mas observo como Supervisora Escolar que os pais que comparecem sem aviso prévio muitas vezes não são atendidos pelos educadores por não terem agendado previamente sua presença. Ou seja, surgem no dia a dia várias situações que afastam mais os pais da escola ao passo que os próprios docentes sinalizam querer essa presença constante.

São muitas as contradições percebidas e é para tentar analisar de forma acadêmica essas percepções que este estudo se propõe.

2 A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA NO CONTEXTO POLÍTICO DO PAÍS

Quando se trata da educação de uma criança não se pode deixar de observar, em um primeiro momento, que esta, desde o seu nascimento, está sob o cuidado e responsabilidade da família, instituição sob a qual deverá ter suas primeiras orientações quanto à higiene, hábitos alimentares, normas sociais, entre outros.

Ao ser matriculada na escola, o que tem acontecido cada vez mais cedo com o acesso à Educação Infantil em maior escala e, principalmente, ao ingressar no Ensino Fundamental, esta responsabilidade, exclusiva da família até então, passa a ser dividida com a instituição escolar.

Para além de sua escolarização, à escola também cabe a responsabilidade pelas orientações básicas da criança nesse novo ambiente, apresentando ao aluno as normas de convivência, rotinas, o que se espera dela nesse ambiente, entre outros.

Acredita-se que não há como dissociar estes papéis de escola e família, pois a própria Constituição Federal, em seu art. 205, ampara neste sentido:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, Constituição Federal, 1988).

Paralelo a esta relação filho-aluno-família-escola, cabe ressaltar que tanto a escola quanto a família são instituições que foram se modificando ao longo da história. No entanto, algumas crenças verificadas no dia a dia da escola são construções históricas, difíceis de romper, e essa modificação de atitude só acontecerá se soubermos suas origens e pudermos compreender como estas constituições se deram.

No período colonial, as propostas educacionais eram distintas para as elites e para as classes populares: para as elites uma educação pautada nos valores europeus e para as classes populares, quando existia, era buscando a preparação para o trabalho – “o objetivo era moralizar, controlar e conformar os

indivíduos às regras sociais”. (UNESCO, MEC, 2009, p. 21). Ou seja, este abismo educacional vislumbrado nos dias atuais, quando se compara a escola pública com a escola privada, tem suas sementes plantadas neste período da História.

No início do período republicano, grande parte da população brasileira era analfabeta e as poucas escolas primárias não davam conta da demanda de toda uma população que necessitava do serviço. Os filhos das famílias mais ricas continuavam sendo enviados para a Europa para estudar, “formando a elite política intelectual do país” (UNESCO, MEC, 2009, p. 21).

Neste contexto,

[...] a escolarização doméstica de iniciativa privada, às vezes organizada em grupos de parentes ou vizinhos em áreas rurais, atendia um número considerável de alunos, ultrapassando inclusive a rede de escolas públicas existente. (UNESCO, MEC, 2009, p. 21).

Como se pode observar, à família cabia a responsabilidade pelo estudo formal, mesmo que indiretamente, já que o Estado não supria esta necessidade. Aos poucos a escola passa a ser considerada “fundamental para a construção da sociedade: a escola nasce marcada pelo ideário da civilização do progresso para todos.” (UNESCO, MEC, 2009, p. 20).

A importância crescente da escola primária teve como contraponto a desqualificação das famílias para a tarefa de oferecer a instrução elementar, progressivamente delegada à instituição escolar, cujos profissionais estariam tecnicamente habilitados para isso. (UNESCO, MEC, 2009, p. 21).

Ao mesmo tempo em que as escolas primárias têm sua importância acentuada, começa-se a questionar a competência das famílias em educar os filhos.

É neste quadro de contraposição da educação moderna à educação doméstica que se consolidam as primeiras ideias – que resistem ao tempo, mesmo fora de contexto –, de que as famílias não estavam mais qualificadas para as tarefas do ensino. Além de terem de mandar os filhos à escola, os familiares precisavam também ser educados sobre os novos modos de ensinar. O Estado passa a ter um maior poder diante da família, regulando hábitos e comportamentos ligados à higiene, saúde e educação. (UNESCO, MEC, 2009, p. 21).

Já a partir de 1930, com o início do governo de Getúlio Vargas, se tem uma mudança no quadro educacional até então instaurado. Os bons costumes e a questão higienista são foco principal e a mulher passa a ser vista como aquela que deve conduzir o lar nessas condições. A estratégia para aproximar a família da escola é utilizar o próprio aluno como intermediário entre as instituições.

Observa-se que,

Nesse contexto, a família inicialmente perde sua função de educadora em favor da sociedade política mas, em seguida, é chamada de volta ao terreno da educação para auxiliar o Estado educador. Enquanto a escola continua a comandar o processo, os pais e responsáveis passam a ocupar uma posição de auxiliar. (UNESCO, MEC, 2009, p. 21).

Comandando o processo educacional, os educadores com seus saberes e métodos próprios passam a se distanciar da família, consideradas leigas. As demais instituições que sempre estiverem preocupadas com a escolarização dos menos favorecidos, como a igreja, as organizações sociais e a própria família, perdem espaço para a escola que se torna o espaço “ideal” para educar e socializar as crianças. (UNESCO, MEC, 2009).

Neste novo panorama que se apresenta, a família precisou se adaptar para buscar seu espaço nesta relação com a escola. Mesmo que secundarizada em importância na escolarização, à família ainda competia (e compete) a responsabilidade legal maior sobre os filhos. Cabe a ela a matrícula, a permanência, o acompanhamento dos deveres de casa, entre outros.

A disciplina, a moral e o civismo, conforme o regime político do País se encaminhava à ditadura, eram preconizados como forma de manter a ordem social e a segurança da nação. Neste contexto de ordem e obediência a família ficou mais afastada da escola já que o diálogo não é marco característico deste tempo.

Com a Constituição de 1946 se “restabeleceu o ensino primário obrigatório e gratuito” (UNESCO, MEC, 2009, p. 24) e uma parcela dos impostos era destinada a este fim.

A urbanização também ocorre em grande escala e os governos locais passam a responder a esta crescente demanda ampliando a rede de escolas. A ampliação da oferta de ensino privado também se deu de forma substancial.

Ainda assim, em fins dos anos 1950, metade da população do país ainda era analfabeta e apenas 50% das crianças na faixa de 7 a 14 anos frequentavam a escola primária (séries iniciais do atual ensino fundamental). Nessa época, diversos grupos organizados da sociedade se articulam em torno da Campanha de Defesa da Escola Pública, liderada por educadores aos quais se juntam profissionais liberais, estudantes, intelectuais e líderes sindicais. Frente à participação tímida e ineficiente do Estado para atender a demanda por matrículas pressionada pela industrialização e urbanização do país, a expansão do ensino privado garantiu o aumento quantitativo na escolarização. (UNESCO, MEC, 2009, p. 24).

Com o analfabetismo ainda em altas taxas, a partir da década de 60 uma medida adotada pelo regime militar contribuiu ainda mais para a valorização do ensino privado: o repasse de recursos do salário-educação, alavancando assim a disparidade com o ensino público, pois, paralelo a isso, a Constituição de 1967 mesmo ampliando a obrigatoriedade do ensino de quatro para oito anos, “suprimiu a obrigação da destinação de um percentual dos recursos públicos para a educação” (UNESCO, MEC, 2009, p. 24), contribuindo para o sucateamento das instalações físicas e para o declínio da qualidade do ensino.

Mesmo com o financiamento não tendo mais uma garantia constitucional, a ampliação da rede de escolas públicas era feita.

A migração populacional do campo para a cidade, o acesso ao ensino a todas as camadas da população, em especial as mais pobres, aliado à maior jornada de trabalho dos educadores e os baixos salários culminou por contribuir para a desvalorização dos profissionais da educação desmotivando-os para a carreira.

Neste contexto, “cresce o movimento das famílias de classe média de enviar suas crianças para escolas particulares, iniciando-se uma forte associação entre escola pública e ensino para pobres.” (UNESCO, MEC, 2009, p. 25).

Já a partir da década de 80, com o país se redemocratizando politicamente, há uma grande pressão social a favor da educação. A educação infantil passa a ser incorporada ao sistema de ensino, o financiamento público

volta a existir na nova Constituição, e são traçadas estratégias para a qualificação docente bem como para a avaliação dos resultados das escolas públicas.

No final do século XX, mais precisamente no ano de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é promulgada e contempla a questão da autonomia das instituições escolares para as concepções de seus projetos pedagógicos. É a escola pública buscando sua identidade de forma individual.

A partir da Constituição de 88 e das legislações que se seguiram, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, o acesso estava garantido para a população.

É importante destacar que, ao final do século XX,

[...] a revolução tecnológica, a globalização, a comunicação e a computação criam novos costumes e demandas. Nesse período, especialmente nos grandes centros urbanos do Brasil, os altos índices de violência e de conflitos sociais impactam a vida das famílias e a rotina das escolas públicas. (UNESCO, MEC, 2009, p. 26).

As escolas buscam, então, adequar à realidade escolar às novas organizações familiares e aos novos desafios que a contemporaneidade apresenta.

Assim as famílias contemporâneas assumem novos formatos com mães responsáveis pelo sustento dos filhos, pais solteiros, madrastas e padrastos de segundos casamentos, união entre pessoas do mesmo sexo com direito a adoção de filhos etc. A organização das famílias passa a incluir novos arranjos que refletem mudanças socioculturais. (UNESCO, MEC, 2009, p. 25).

Com todas essas alterações sociais vividas, e com todo o histórico de educação pelo qual o país passou, percebe-se que o afastamento da família da educação formal dos filhos para que a escola assumisse esta responsabilidade, ao mesmo tempo - e em especial nas últimas décadas - passa a ser motivo de angústia dentro do ambiente escolar uma vez que foi aos poucos estendida também ao campo da educação moral, do respeito, das regras, das normas sociais.

Incumbiu-se à escola todos os deveres para a educação dos alunos, como se o ambiente familiar não seja o primeiro que deva moralizar a criança para que saiba conviver e aproveitar os demais ambientes sociais no qual passará a conviver.

A escola, envolta neste enredo, sem apoio do Estado, se percebe cada vez mais sozinha, tendo que assumir responsabilidades que vão muito além da escolarização.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, datado da década de 90, em seu Capítulo IV, Artigo 53, Parágrafo único traz que “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.” (BRASIL, 1990).

O direito está garantido na legislação que já vinha indicando que esta participação é legítima e necessária. No entanto, o exercício deste direito, levando os responsáveis a se comprometerem com a participação e buscando na escola um ponto de apoio aos educandos ainda está longe da realidade de muitas instituições.

Há de se ressaltar que a desvalorização profissional e o sucateamento das escolas iniciado lá na década de 60 ainda é fato marcante na realidade escolar pública brasileira, quase 60 anos depois.

Agravando o panorama do afastamento da família da escola por inúmeros motivos, da concorrência diária da tecnologia com a educação tradicional, ainda há de se esperar que as escolas e os educadores saibam lidar com salas de aula com alunos acima da capacidade física, com cargas horárias extensas de trabalho para terem retorno financeiro mínimo, políticas nacionais de salário que não se efetivam na prática, o acréscimo de funções à escola alheias ao seu papel de escolarização, falta de investimento, dentre tantos outros. Todos esses, são fatores que colaboram tristemente para um diagnóstico atual, e futuro, no mínimo preocupante. Que rumos tomará a escola pública?

3 A GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

3.1 CONCEITUANDO DEMOCRACIA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A palavra democracia deriva de dois vocábulos gregos: *demos* que significa povo, população, e *kratia* que quer dizer governo ou autoridade. Juntos esses dois vocábulos apontam uma relação entre governados e governantes que surge em contraposição aos governos predominantes anteriormente: monarquia – o governo de um sobre todos ou oligarquia – governo de poucos sobre muitos.

Silva (2009) colabora:

A Grécia, composta por cidades independentes, teve em Atenas sua urbe mais famosa em relação aos princípios democráticos. Seus habitantes elaboraram o ideal democrático que atingiu o maior desenvolvimento político, sendo a cidadania intrínseca ao indivíduo. Foram, provavelmente, os atenienses que criaram o termo *demokratia* (*demos*, o povo, e *kratos*, governar), significando “governo do povo”. (SILVA, 2009, p.93).

Cidadania era sinônimo de participação e “os cidadãos participavam diretamente das assembléias [sic] para decidir os rumos políticos da cidade”. (SILVA, 2009, p.3). Mas cabe um destaque importante. Nem todo grego era considerado cidadão com direito a esta participação. Escravos, mulheres e estrangeiros que compreendiam grande parte da população não eram assim considerados. (SILVA, 2009).

Esta forma inicial de democracia é chamada de democracia direta, quando os cidadãos (mesmo que nem todos) decidem diretamente os rumos de uma localidade.

A democracia grega passou por adaptações e “[...] o conceito e a prática da democracia foram sendo alterados historicamente, assumindo características específicas em cada época”. (SILVA, 2009, p.94). Essas características foram surgindo conforme os direitos participativos - daqueles excluídos inicialmente – aumentavam e não se conseguia contemplar locais com espaços suficientes para que todos participassem, as demandas se tornavam complexas e exigiam conhecimentos específicos para a tomada de

decisão e ocorria a expansão territorial o que inviabilizava a participação como ocorrera outrora. (VASCONCELOS, 2002 apud SILVA, 2009).

Desta forma surge a democracia representativa, ou seja, o povo passa seu poder de decisão para representantes eleitos para esta finalidade. (SILVA, 2009).

Pode-se afirmar que

Nessa forma de democracia, a burguesia reinterpreta os valores da democracia grega vinculando-a aos valores liberais, principalmente à igualdade de oportunidades segundo a capacidade individual das pessoas, e não à igualdade real na sociedade. (SILVA, 2009, p. 95).

Também neste novo formato democrático somente os grandes proprietários participavam da escolha dos representantes – o que indiretamente levava a tomada de decisões que favoreciam ainda mais os donos de propriedade e a classe burguesa.

Silva (2009, p. 95) completa afirmando que foi “A pressão dos operários – e de outros segmentos, como as mulheres – para que pudessem participar de tal eleição e, indiretamente das decisões, que viabilizou o sufrágio universal”.

Com a conquista da eleição de forma universal outros mecanismos foram sendo criados para que a elite no poder pudesse participar das decisões.

Bobbio (2000) apud Silva (2009) aponta duas características que se julgavam necessárias para um representante:

[...] a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito, não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável: b) não é responsável diretamente perante os seus eleitores exatamente porque é convocado a tutelar os interesses gerais da sociedade civil e não os interesses particulares desta ou daquela categoria. (BOBBIO 2000, p. 59-60 apud SILVA 2009, p.95).

Como se percebe, criavam-se mecanismos para que os representantes eleitos não mais representassem apenas a classe que os elegera e sim toda uma população. Desta forma, afirmava a burguesia que “[...] os representantes estariam defendendo os interesses da Nação, resguardando-os, dessa forma, da pressão popular”. (SILVA, 2009, p. 95).

É importante destacar que, com os representantes tomando decisões por seus representados ocorre um afastamento e mesmo desconhecimento dos eleitores das pautas em questão e das decisões que estão sendo tomadas, o que ocasiona o afastamento dos

[...] cidadãos da elaboração das leis, podendo fazer com que não as reconheçam mais. Esse afastamento contribui para que ocorra uma confusão, pelos representantes, entre os seus próprios interesses e os interesses corporativos, com o interesse geral da população. (SILVA, 2009, p.96)

Trazendo para a realidade brasileira, o que se observa é um distanciamento cada vez maior da população dos seus representantes sob o argumento de que estes não representam os interesses da maioria. Estamos vivenciando na prática o que os autores colocam, ou seja, os nossos representantes confundem os interesses da população com os seus próprios enfraquecendo o que a democracia tem, em essência, de mais precioso: a participação do povo na tomada de decisões.

Silva (2009) e Ferreira (2000) colaboram com esta observação.

Quanto aos representados, ao se afastar dos processos decisórios passam a ser apenas expectadores dos debates políticos e das declarações de seus representantes; sentindo-se impossibilitados de interferir politicamente nos debates públicos, direciona [sic] seus interesses para atividades pessoais e privadas. (SILVA, 2009, p.96).

O ideal democrático supõe cidadãos atentos à evolução da coisa pública, informados dos acontecimentos políticos, dos principais problemas, capazes de escolher entre as diversas alternativas apresentadas pelas forças políticas e fortemente interessados em formas diretas ou indiretas de participação. (FERREIRA, 2000, p. 171).

Compreender o conceito de democracia, mesmo que de forma muito singela, desde as suas origens bem como as adaptações que sofreu ao longo da trajetória histórica permite-nos entender também como a democracia vem sendo incentivada nas escolas, por que é tão importante e como está intrinsecamente ligada às decisões políticas daqueles que nos representam.

Segundo Oliveira; Moraes; Dourado

Analisar a gestão da educação, seja ela desenvolvida na escola ou no sistema municipal de ensino, implica em refletir sobre as políticas de educação. Isto porque há uma ligação muito forte entre elas, pois a gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às direções traçadas pelas políticas. (BORDIGNON; GRACINDO, 2004, p.147 apud OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a], p.2).

A gestão, “[...] se entendida como processo político-administrativo contextualizado, nos coloca diante do desafio de compreender tal processo na área educacional a partir dos conceitos de sistemas e gestão escolar”. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a], p. 2).

Esse processo político-administrativo, para que seja considerado democrático deve contemplar

[...] a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. (BRASIL, 2004 apud OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a], p. 4).

Essa participação da comunidade escolar fortalece a democracia nas suas origens, ou seja, de participação direta e esta possibilidade de participação direta quando conquistada e efetivada na gestão da escola poderá ser verificada por todos que participaram do processo decisório, no dia a dia da escola.

A comunidade participante, atuante em conselhos e órgãos afins, que participe na construção dos documentos escolares, que eleja a equipe diretiva e tome decisões no âmbito escolar pode comprovar que sua decisão trará reflexos e novos procedimentos ao dia a dia escolar. É a decisão coletiva sendo vivenciada na prática.

De acordo com Oliveira; Moraes; Dourado,

Trata-se de uma maneira de organizar o funcionamento da escola pública quanto aos aspectos políticos, administrativos, financeiros, tecnológicos, culturais, artísticos e pedagógicos, com a finalidade de dar transparência às suas ações e atos e possibilitar à comunidade escolar e local a aquisição de conhecimentos, saberes, idéias [sic] e sonhos, num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar. (BRASIL, 2004 apud OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a], p.3).

Oliveira; Moraes; Dourado [s.a.] abordam que para ser considerada uma gestão democrática, efetivamente, alguns critérios básicos devem ser observados como

[...] os mecanismos de participação da comunidade escolar e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público; autonomia da escola; financiamento das escolas; escolha dos dirigentes escolares; criação de órgãos colegiados; construção do PPP; participação da comunidade. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a], p.4).

Ou seja, é a gestão democrática “entendida como espaço de participação, de descentralização do poder e de exercício de cidadania”. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, [s.a.] p. 11).

A realidade que vivemos hoje, citada anteriormente, de afastamento da população das decisões que tomam seus representantes, poderá ser modificada aos poucos através da valorização e da importância da participação na escola, espaço público mais perto e de acesso a todos, fomentando-se assim a democracia e a participação pública também em outros níveis.

Ferreira (2000) nos coloca que a gestão democrática

[...] na complexidade do mundo atual, implica colocar a educação a serviço de novas finalidades, a fim de se poder, na tentativa de superar tudo o que tem corroído a humanidade neste quadro de caos e de barbárie em que se vive, construir um futuro mais compromissado com toda a humanidade. (FERREIRA, 2000, p. 173).

Este é um caminho que devemos construir a muitas mãos. Sem o aprendizado efetivo na escola do que seja participar e da relevância que a tomada de decisões implica a todos não se pode buscar as melhorias políticas no país que muitos almejam e que o país tanto necessita.

3.2 A CONSOLIDAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DAS ESCOLAS PÚBLICAS

A partir da abertura política do país e com a Constituição de 1988, passa-se a construir um caminho democrático no país que teve reflexos também no campo educativo. Em seu Artigo 205, a Constituição traz que a educação “[...] será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade

[...]”. Esta colaboração social, por sua vez, se efetiva na escola mediante a promoção e incentivo aos espaços de diálogo e participação da comunidade escolar.

Em mais um Artigo, o 206, a Constituição traz em seu inciso VI como um dos princípios da Educação, a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Claramente já se percebe nestes artigos a intenção da promoção e do incentivo ao espaço democrático no que se refere à educação pública.

Em 1996 tem-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, em seus Artigos 14 e 15 refere-se à gestão democrática do ensino público colaborando para que a escola, aos poucos, vá se constituindo em um espaço democrático.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Claro que não basta estar garantido em lei para que a escola passe a se tornar um espaço democrático.

O princípio da gestão democrática da educação pública, com status constitucional, e os dispositivos legais relativos à sua implementação, representam os valores e significações dos educadores que preconizam uma educação emancipadora, como exercício de cidadania em uma sociedade democrática. São resultado de um processo instituinte do novo fundamento de gestão democrática da educação a desfazer o paradigma patrimonialista. Mas esses dispositivos legais, por si só, não mudam cultura e valores. Somente as práticas iluminadas pelo novo paradigma podem mudar culturas e valores. (BORDIGNON, 2005, p. 5).

Neste sentido, os sistemas de ensino foram aos poucos se adequando à nova realidade e trazendo para a realidade escolar o que se propunha na forma da lei.

No Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no ano de 1995, temos a aprovação da Lei n. 10.576, de 14 de novembro, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público no âmbito estadual. Nesta lei, há toda a orientação referente à eleição direta dos diretores e vice-diretores com a participação dos diversos segmentos que compõe a comunidade escolar (alunos, pais, educadores, servidores), a administração das escolas com a participação do Conselho Escolar, a autonomia da gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas, orientações para a eleição do Conselho Escolar dentre outras orientações.

Pode-se perceber, na realidade escolar gaúcha hoje, que as escolas contam com Conselhos Escolares constituídos e que estes estão, no dia a dia, aprendendo a exercer seu papel participativo e atuante nas tomadas de decisões.

Outro documento construído de forma participativa pela sociedade e, em especial pelos educadores, foi o Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001, que define entre seus objetivos

[...] a democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, PNE, 2001)

Este documento foi reformulado. Apresenta metas e estratégias para o decênio 2014 – 2024.

Em seu Artigo 9º diz que

Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão aprovar leis específicas para os seus sistemas de ensino, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de 2 (dois) anos contado da publicação desta Lei, adequando, quando for o caso, a legislação local já adotada com essa finalidade. (BRASIL, PNE, 2014).

Esta atualização do Plano Nacional de Educação trazia que em dois anos de sua promulgação, ou seja, em 2016, deveria cada sistema de ensino disciplinar a gestão democrática.

Essa caminhada para a ampliação da gestão democrática nas escolas públicas foi inserida também na meta 19 do Plano.

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, PNE, 2014).

Para se atingir esta meta até o final do decênio estabelecido, algumas estratégias foram traçadas no Plano Nacional de Educação como repasse de transferências aos entes federados que tenham aprovado legislação específica que regulamente a matéria na área de sua abrangência; estímulo à constituição e fortalecimento dos grêmios estudantis, associação de pais, conselhos escolares e conselhos municipais de educação assegurando espaços e condições de funcionamento e a articulação entre si, além de serem instrumentos de participação e fiscalização da gestão escolar e educacional; incentivar a participação dos profissionais da educação, dos alunos e das famílias na formulação dos projetos pedagógicos (PP), currículo escolar, planos de gestão escolar e do regimento escolar bem como a participação dos pais na avaliação dos docentes e gestores; favorecer a autonomia pedagógica, financeira e administrativa das instituições escolares; e por último e não menos importante desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, aplicando prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos. (BRASIL, 2014).

Algumas estratégias apresentadas no Plano já vêm sendo aplicadas nas escolas estaduais do Rio Grande do sul, em especial àquelas vinculadas à construção coletiva dos documentos escolares, cursos de formação de gestores, constituição do Círculo de Pais e Mestres (CPM) e do Conselho Escolar e a autonomia pedagógica, financeira e administrativa das escolas.

Outras estratégias, no entanto, como a participação dos pais na avaliação dos docentes e gestores e a aplicação de provas nacionais para o provimento dos cargos de gestão ainda são caminhadas que não se iniciaram mas que surgem nos debates políticos e que devem aos poucos serem implantadas.

Para que se efetive nas escolas públicas a gestão democrática tal qual a lei ambiciona, é necessário que a comunidade escolar compreenda também que sua participação é essencial nesse processo e que as equipes diretivas eleitas são mediadoras no processo de busca pela qualidade do ensino. Implica acompanhamento e participação no processo de tomada de decisões da escola.

Aponta-nos Colussi (2010):

A nova concepção de gestão democrática vem derrubar a ideia de Administração Escolar enquanto um sistema hierárquico, no qual o diretor da escola é que detém a função de implementar e controlar decisões referentes à escola, vigorando, então, uma gestão onde todos os sujeitos (diretor, professor, aluno, funcionários, pais e comunidade local) participem ativamente no processo decisivo e de avaliação do trabalho escolar.(COLUSSI, 2010, p. 50)

Esse processo participativo e democrático rompe aos poucos com a administração escolar tradicional e descentraliza o poder das mãos do diretor da escola partilhando responsabilidades com todos os envolvidos.

Neste sentido, colabora Bordignon (2005):

Os conselhos de educação dos sistemas de ensino e os Conselhos Escolares – situados como fóruns de expressão plural da voz da cidadania, espaços de participação e exercício efetivo do poder dos cidadãos – são preconizados na letra e no espírito da LDB como a estratégia principal da gestão democrática. (BORDIGNON, 2005, p. 5).

Como se observa, além da gestão democrática no âmbito da escola se tem ainda a estruturação dos sistemas educacionais e dos conselhos municipais, estaduais e o nacional, entidades que se organizam no formato de colegiados e buscam a interlocução entre si para conduzir, analisar, julgar e orientar seus respectivos sistemas calcando suas decisões nas legislações superiores.

E porque a gestão democrática contém o princípio da participação da sociedade, a Constituição estendeu aos municípios o direito de organizarem, também, seus sistemas de ensino, com autonomia e em regime de colaboração entre si, com os estados e com a União (art. 211). Esses dispositivos constitucionais traduzem uma concepção de educação emancipadora, com fundamento no exercício efetivo da cidadania. (BORDIGNON, 2005, p. 4)

O que se percebe na prática é que os Conselhos de Educação dos respectivos sistemas educacionais abriram um leque participativo à sociedade que aos poucos percebe que tem voz e vez também no campo educacional, pois além da possibilidade de participação nestes colegiados pode participar através de consultas públicas quando da elaboração de documentos nacionais tal como foi com a Base Nacional Comum Curricular aprovada recentemente.

Obviamente que essa participação social é ainda muito singela, mas aos poucos podemos fomentar essa participação nos colegiados mais próximos da realidade familiar, tal qual representa o Conselho Escolar.

Mas será que incentivar essa participação familiar através do Conselho e aproximar cada vez mais os pais da escola é, por consequência, um meio de se efetivar a participação dos pais na vida escolar dos filhos?

Abordaremos essa e outras questões no próximo capítulo.

4 A PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA VIDA ESCOLAR DOS FILHOS

Analisar a participação das famílias na vida escolar dos alunos (o termo família neste estudo relacionado à figura do pai e da mãe), sob o ponto de vista da sua presença frequente dentro da escola requer aceitar, num primeiro momento, que as novas configurações familiares onde os pais costumam trabalhar fora, são um impeditivo (ou talvez boa desculpa) para que esta presença não aconteça conforme os educadores esperam.

Por exemplo, considera-se que o ensino é uma atribuição prioritariamente a escola. Esta, porém, divide essa responsabilidade com as famílias, quando prescreve tarefas para casa e espera que os pais as acompanhem. Em um contexto de pais pouco escolarizados, com jornadas de trabalho extensas e com pouco tempo para acompanhar a vida escolar dos filhos, essa divisão pode mostrar-se ineficaz. Por isso, da mesma forma como procura diagnosticar as dificuldades pedagógicas dos alunos para atendê-los de acordo com suas necessidades individuais, a escola deve identificar as condições de cada família, para então negociar, de acordo com seus limites e possibilidades, a melhor forma de ação conjunta. (UNESCO, MEC, 2009, p. 32).

Geralmente, o tempo em que a escola está aberta para atendimento aos pais é o mesmo em que estes estão trabalhando. Como estarão na escola, acompanhado regularmente a vida escolar dos filhos se a sua subsistência depende do cumprimento da sua carga horária de trabalho?

Vitor Henrique Paro (1991) ampara esta perspectiva quando afirma:

Outro aspecto importantíssimo do problema da participação da comunidade na escola e que requer medidas corajosas a respeito refere-se ao provimento de condições para que os membros das camadas exploradas participem da vida escolar. Não basta permitir formalmente que os pais de alunos participem da administração da escola; é preciso que haja condições materiais propiciadoras dessa participação. A este respeito, uma medida que acredito deva ser tomada em nível de Congresso Constituinte é a instituição de um dispositivo constitucional que facilite a participação dos pais na vida da escola, através da progressiva isenção de horas de trabalho nas empresas. Tal dispositivo poderia ser imaginado, a princípio, na forma de liberação do trabalhador com filho em idade escolar, de um determinado número de horas de trabalho, sem prejuízo de seus vencimentos, nos dias em que ele tivesse que comparecer à escola para participar de assembléias [sic] ou tratar de problemas relacionados à escolarização de seu filho. Estabelecido o princípio, a matéria seria depois regulamentada através de lei complementar. (PARO, 1991, p. 53).

E ainda complementa

Considero uma providência dessa natureza de fundamental importância na medida em que rompe com a idéia [sic] de que os problemas escolares podem ser resolvidos nos estritos limites da escola e procura, ao mesmo tempo, propiciar condições concretas de participação da classe trabalhadora nos destinos da educação escolar. É neste sentido que penso a utopia de uma escola participativa. (PARO, 1991, p. 53).

Claro que não se pode reduzir a participação dos pais na vida escolar dos filhos à sua presença física, pois convivendo no dia a dia da escola percebe-se que há famílias distantes fisicamente, mas onde o desempenho dos alunos é elogiável. Há também a situação inversa de pais que estão frequentemente na escola, mas onde os problemas relacionados à aprendizagem ou conduta dos alunos são recorrentes. Portanto, será que associar a presença dos pais na escola é condição à sua participação efetiva?

Paro (2018) vai além desta questão quando aborda outro aspecto bastante interessante sobre os fracassos da escola na sua missão de ensinar.

Por que, nas reuniões e em conversas particulares com os pais, muitos docentes insistem em atribuir à hipotética omissão destes e às supostas deficiências dos filhos a culpa pelo mau ensino quando, em suas lutas e reivindicações contra o Estado, esses mesmos docentes reconhecem que é deste a responsabilidade por tal problema? (PARO, 2018, p. 16).

Buscando responder a essa questão e pensando na busca da qualidade do ensino o autor completa afirmando que existe a

Necessidade de um acolhimento mais qualificado por parte dos intelectuais que atuam na escola, de modo não apenas a identificarem e superarem as dificuldades enfrentadas pelas famílias na ajuda a seus filhos, mas também a atraírem os pais, qualificando-os culturalmente para uma maior consciência e cumplicidade na luta por uma escola melhor. (PARO, 2018, p. 16).

Essa necessidade de qualificação dos pais que se refere Paro, pode ser identificada na realidade escolar quando há o chamamento das famílias pela Supervisão Escolar buscando o auxílio desta em aspectos da aprendizagem dos alunos. Muitos pais perguntam como podem auxiliar o que nos leva a acreditar que o auxílio que não oferecem aos filhos é por falta de instrução mesmo.

Muitos educadores relatam no dia a dia que “não acreditam que os pais não saibam auxiliar”. Ora, para quem tem formação docente como os educadores é fácil auxiliar em casa seus próprios filhos ou outros, mas e para as famílias com baixo grau de escolaridade, com Ensino Médio e que trabalhem em áreas distantes do campo educativo, será que é tão simples assim auxiliar os filhos, ensiná-los o que não sabem ou revisar conteúdos onde tenham dúvidas?

Essas observações apontadas aqui são abordadas em reuniões com educadores da escola que elegemos para pesquisar, pois acreditamos que a reflexão acerca dos problemas e dos motivos que os levam a acontecer ocasiona a busca por outras alternativas de apoio ao discente, a aproximação das famílias – que se sentem acolhidas nas suas angústias - e por consequência se pode alcançar melhores índices de participação destas e melhores resultados nas aprendizagens.

Em geral, os educadores costumam abordar a temática da participação dos pais na vida escolar dos alunos, recaindo ao senso comum de que não estão interessados.

É relevante também que se analise o termo participação tal qual Bobbio (1991 apud Ferreira, 2000) nos apresenta. O autor traz alguns níveis ou formatos desta que podem ser verificados também no âmbito escolar.

Conforme Ferreira (2000),

A primeira forma, ele designa com o termo *presença*, forma menos intensa e mais marginal de participação, pois trata-se de comportamentos essencialmente receptivos ou passivos, como a presença em reuniões, a exposição voluntária a mensagens políticas, situações em que o indivíduo não põe qualquer contribuição pessoal. A segunda forma é designada com o termo *ativação*. Aqui o sujeito desenvolve, dentro ou fora de uma organização, uma série de atividades que lhe foram confiadas por delegação permanente, de que é incumbido de vez em quando, ou que ele mesmo pode promover. O termo participação, tomado em sentido estrito, é definido para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política. (BOBBIO 1991 apud FERREIRA, 2000, p. 171).

A participação pressupõe inicialmente presença, mas Bobbio (1991) nos alerta que essa é uma forma passiva e receptiva que geralmente não possibilita qualquer contribuição. É em reuniões de entrega dos boletins e reuniões pedagógicas que jogamos, a grosso modo, que se possa analisar a

participação familiar? E suas contribuições? E suas observações? Oferecemos realmente este espaço participativo?

Virgínio Sá (2002) tem apresentado estudos neste sentido. Embora suas pesquisas estejam relacionadas ao campo educacional português, muita familiaridade é percebida nas suas observações por quem frequenta o dia a dia da escola pública no Brasil.

À análise simplista que equipara não participação a desinteresse, contrapõem-se agora leituras alternativas que admitem, por exemplo, que a não participação possa não só não significar desinteresse como, bem pelo contrário, possa estar associada a um “excesso de interesse”. Ou seja, certos segmentos de encarregados de educação podem não participar porque recusam as ofertas participativas (“presentes envenenados”) que lhes são proporcionadas com o argumento de que aquelas os reduzem ao papel de “colaboradores subordinados”, de meros ecos da escola, sem direito a voz própria. (SÁ, 2002, p. 501).

Ou seja, oferta-se aos pais convites participativos que não tem por proposta que se sintam convidados a criticar o que porventura não gostem, muito menos que “se intrometam” em assuntos tidos como de domínio apenas dos educadores, quer seja o formato de avaliação, relação educador x aluno, cobrança relacionadas aos horários, entre outros.

Cabe ressaltar que os educadores tem papel importante nesta participação, pois a forma de tratamento dispensada aos pais, desprovida de pré-conceitos em relação aos alunos e buscando a orientação e a parceria com os mesmos alivia tensões e promove a aproximação dos pais ao ambiente escolar.

Cavalcante (1998) contribui neste sentido quando afirma que

As maiores barreiras ao desenvolvimento da colaboração entre estas duas importantes instituições que são a família e a escola são geralmente resultados de estereótipos, percepções distorcidas e falta de entendimento mútuo entre pais e educadores. (CAVALCANTE, 1998, [s.p]).

Sá, V. (2002) colabora no mesmo sentido, pois nos traz que, ao mesmo tempo em que os educadores salientam a importância da participação dos pais, reconhecendo-a como essencial para o sucesso educativo dos alunos,

[...] por outro lado, com a mesma regularidade e veemência, insurgem-se contra a participação considerando-a ilegítima, abusiva, invasiva, inútil e mesmo nefasta para o desenvolvimento da acção [sic] pedagógica da própria escola. (Sá, 2002, p. 502).

Buscar, junto à gestão da escola, meios de promover o acesso dos pais à instituição, onde tenham voz e não apenas sejam chamados para ouvir reclamações dos filhos, buscar boletins ou participarem de festividades é um caminho que precisa ser construído aos poucos, buscando-se participação efetiva e a reflexão acerca de novos espaços participativos que façam a comunidade sentir-se presente na escola.

5 BREVE HISTÓRICO DA ESCOLA ESCOLHIDA

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco tem 62 anos de história. Iniciou suas atividades como escola pré-primária, no ano de 1956, oriunda do Grupo Escolar Sete de Setembro. Tinha como endereço outro local diferente da sua atual localização.

Sua primeira diretora foi a professora Romalina d'Ávila Niemxeski e contava com um grupo de 19 profissionais.

Tem como característica, desde as suas raízes, o atendimento à comunidade do bairro, constituída, historicamente, por famílias de classe média.

O grupo de educadores não é muito rotativo, ou seja, os docentes costumam permanecer na escola por muitos anos facilitando a criação de vínculos com a comunidade escolar. Além disso, faz com que tenham um maior conhecimento das famílias dos alunos que atendem, pois, com muita frequência, os educadores foram os docentes de seus pais ou irmãos.

Na atual gestão as famílias foram incentivadas a se reaproximar da escola como em outros tempos. Os mesmos participam da escola contribuindo com melhorias, parcerias, doando mão-de-obra entre outros. Esses gestos fazem com que os alunos valorizem a mesma, pois as famílias incentivam esta valorização.

Os alunos que são matriculados no primeiro ano do Ensino Fundamental costumam concluir esta etapa da escolarização na Instituição o que ocasiona, ano após ano, um conhecimento maior sobre cada aluno matriculado na escola.

Atualmente a Instituição conta com 36 professores, 8 funcionárias e 478 alunos, conta com serviço de Supervisão Escolar e Orientação Educacional.

Na direção encontra-se a professora Ivani Cristina Moreira Sanchez.

6 METODOLOGIA

O presente estudo embasará sua proposta metodológica na abordagem qualitativa do tipo pesquisa-participativa.

Optou-se pela pesquisa qualitativa tendo em vista, conforme Antônio Chizzotti (2003), que

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível e, após este tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (CHIZZOTTI, 2003, p. 221).

Como Supervisora da escola selecionada para o estudo, a interação com os pesquisados é constante e a pesquisa surgiu exatamente da necessidade de compreensão do fenômeno da participação dos pais na vida escolar analisado sob diferentes pontos de vista, pois cada grupo apresenta, no dia-a-dia, queixas e observações que não indicam com clareza se a pouca presença física dos pais na escola é indicativo de ausência no acompanhamento da vida escolar dos filhos.

No âmbito da abordagem qualitativa a pesquisa-participante nos parece ser a mais adequada ao estudo ora proposto.

Carlos Rodrigues Brandão e Maristela Correa Borges, em artigo publicado em 2007, na Revista de Educação Popular, nos trazem a seguinte afirmação:

Deve-se partir da realidade concreta da vida cotidiana dos próprios participantes individuais e coletivos do processo, em suas diferentes dimensões e interações - a vida real, as experiências reais, as interpretações dadas a estas vidas e experiências tais como são vividas e pensadas pelas pessoas com quem inter-atuamos. (BRANDÃO; BORGES, 2007, p. 54).

É necessário que cada grupo envolvido na temática, pais, educadores e alunos, possa apresentar suas ideias a respeito da mesma, pois esta análise poderá levar à compreensão do porquê as expectativas dos educadores, proferidas em reuniões e conversas informais, não conduzem os mesmos a

propor novos formatos de participação dos pais, que vão além daquelas tradicionalmente delegadas aos pais pela própria escola.

Como bem traz Brandão, C. R.; Borges, M.C. (2007, p. 54) “É através do exercício de uma pesquisa e da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída”.

Como campo de pesquisa tem-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, que no ano letivo 2018, conta, dentre outras turmas, com duas turmas de 6º, de 7º, de 8º e de 9º ano do Ensino Fundamental.

Desta forma, optou-se por uma amostra de pesquisa composta por duas famílias (pai, mãe ou responsável) e dois alunos de cada ano do Ensino Fundamental – Anos Finais-, o que gerou de 16 entrevistas entre as famílias e 16 entrevistas entre os alunos, num total de 32 entrevistas.

Para completar o trabalho, o corpo docente atuante com a etapa de Anos Finais do Ensino Fundamental foi pesquisado, totalizando 15 educadores e educadoras, além de 4 integrantes da equipe gestora, sendo uma Diretora, duas Vice-Diretoras e uma Orientadora Educacional.

As entrevistas foram realizadas entre o mês de abril e maio do corrente ano.

Entre os variados instrumentos de coletas que poderiam ser utilizados, o questionário com questões abertas e fechadas foi inicialmente aplicado à população descrita com vistas a comparar seus pontos de vista sobre a temática da participação dos pais na vida escolar dos filhos, analisando pontos comuns e divergentes.

Na análise desse material pretendeu-se aplicar a técnica de análise de discurso. Como indicam Rita Catalina Aquino Caregnato e Regina Mutti (2006), “O analista ao utilizar a AD fará uma leitura do texto enfocando a posição discursiva do sujeito, legitimada socialmente pela união do social, da história e da ideologia, produzindo sentidos”. (CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R., 2006, p 684). Através desta, pretende-se identificar similaridades e contradições acerca das ideias de cada grupo sobre a temática, especialmente entre o grupo de pais e educadores, bem como identificar ações da escola que os grupos julguem favorecer a aproximação escola e família.

7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

7.1 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS QUESTÕES OBJETIVAS

A pesquisa teve por objetivo verificar a concepção dos pais, dos educadores e dos educandos a respeito da participação da família na vida escolar dos estudantes. Elegeu-se, para tal, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco, da cidade de Camaquã/RS. Procurou-se com esta pesquisa identificar o perfil participativo da comunidade tendo em vista a necessidade de se conhecer a realidade escolar e a busca incessante por meio da equipe gestora em contar com a participação dos pais para além de meros participantes em festividades e reuniões.

Efetivar uma gestão democrática na escola não é tarefa fácil e este estudo pode embasar novas perspectivas. Objetivou-se também buscar elementos que possam subsidiar a construção do PPP escolar ao longo do ano de 2018.

Foram entrevistados 19 pessoas entre educadores e componentes da equipe gestora; 16 pais de alunos e 16 alunos, em um total de 51 entrevistas

Inicialmente fizemos a identificação da faixa etária por categoria. Abaixo os gráficos correspondentes.

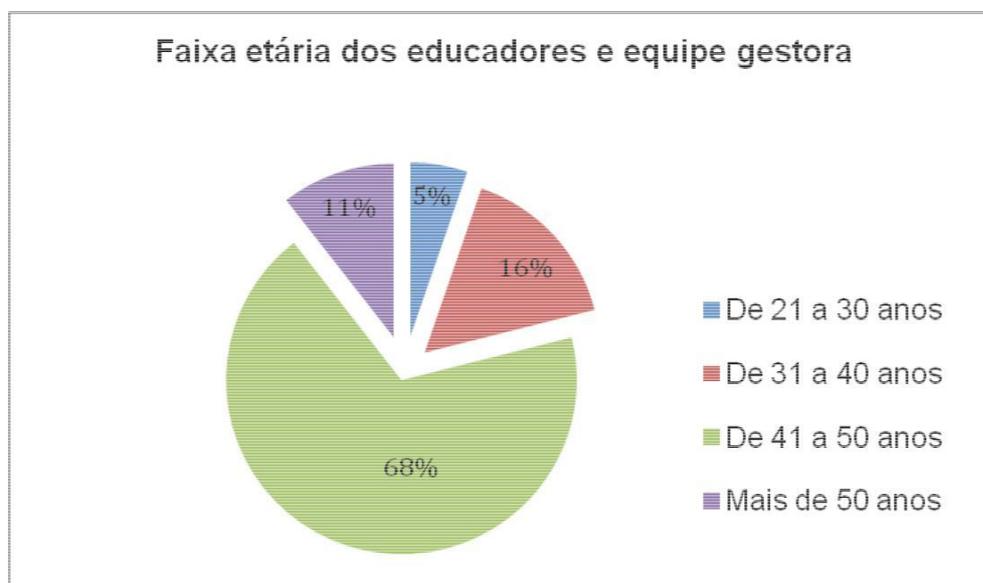


Gráfico 1 – Análise da faixa etária dos educadores e da equipe gestora

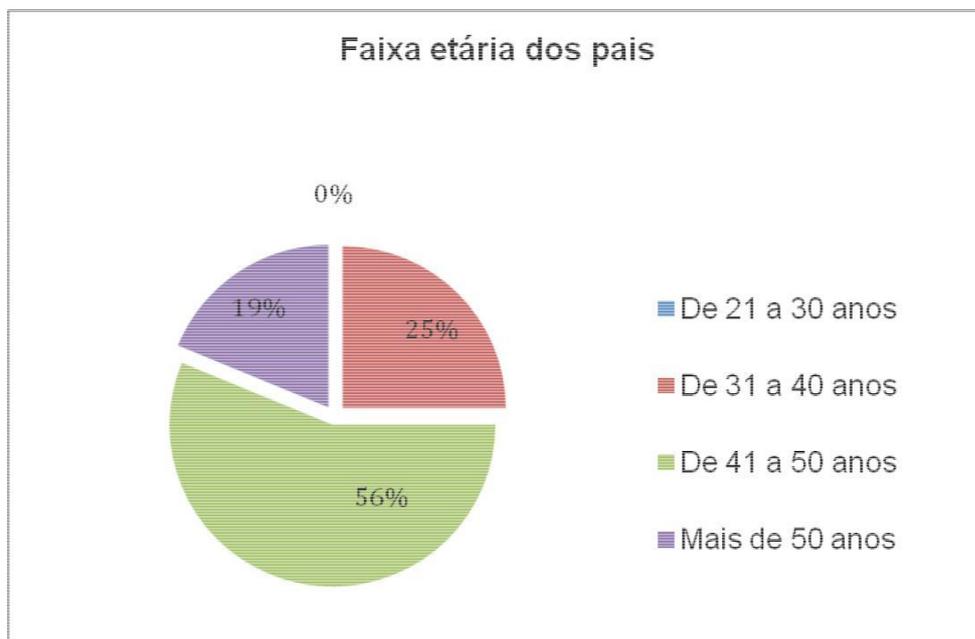


Gráfico 2 – Análise da faixa etária dos pais

Pode-se perceber que ambos os grupos têm sua concentração de idade na faixa etária entre 41 e 50 anos, mas que as demais faixas, à exceção de pais mais jovens que não foi identificada, quase não se altera.

Em relação aos alunos, temos os seguintes resultados:

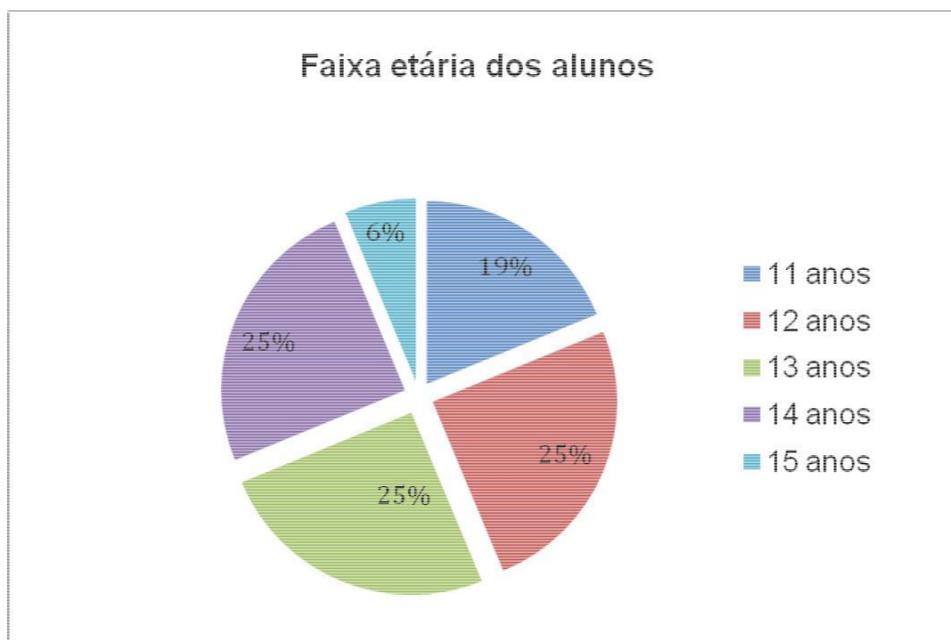


Gráfico 3 – Análise da faixa etária dos alunos

Como se percebe o grupo selecionado foi homogêneo em relação às idades na sua maioria.

Outra identificação pedida foi quanto ao estado civil dos educadores, da equipe gestora e dos pais. Com esta identificação pretendia-se perceber se o estado civil poderia ter alguma influência quanto ao perfil participativo.

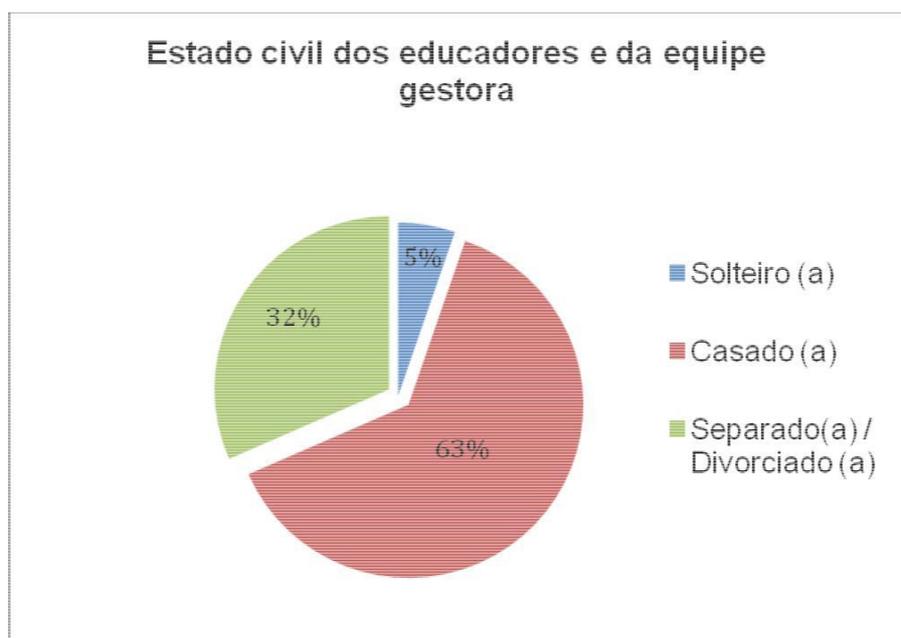


Gráfico 4 – Análise do estado civil dos pais

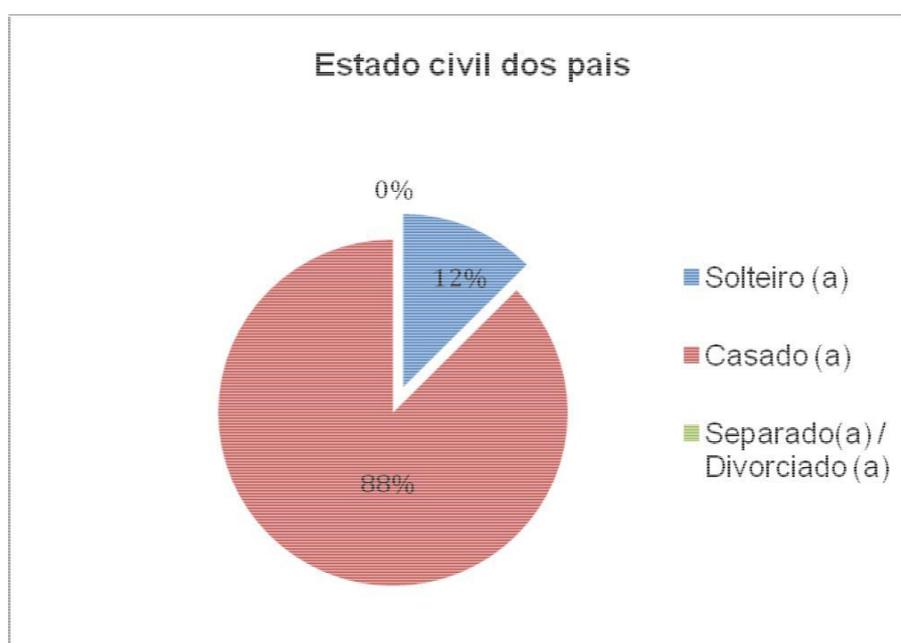


Gráfico 5 – Análise do estado civil dos pais

Comparando ambas as categorias verifica-se que não há pais separados/divorciados, sendo a maioria destes casados, bem como no grupo de educadores, apesar da maioria ser casado(a), percebe-se uma percentagem significativa de separados(a)/divorciados(a) e ainda um percentual pequeno solteiro(a).

O nível de escolaridade também foi verificado. E nesta comparação entre as categorias de educadores e gestores com o grupo de pais é onde se verificou disparidades significativas.

Enquanto os educadores e gestores são graduados ou pós graduados, 50% dos pais tem apenas o Ensino Médio e 13% não concluíram nem mesmo o Ensino Fundamental.

Uma das hipóteses levantadas no capítulo referente à participação dos pais foi a de que o baixo grau de escolarização poderia ser um empecilho para os pais participarem do acompanhamento das tarefas escolares como sugerem muitas vezes os educadores. Levando em consideração os dados levantados sobre a escolarização dos pais essa parece ser uma hipótese bem plausível.

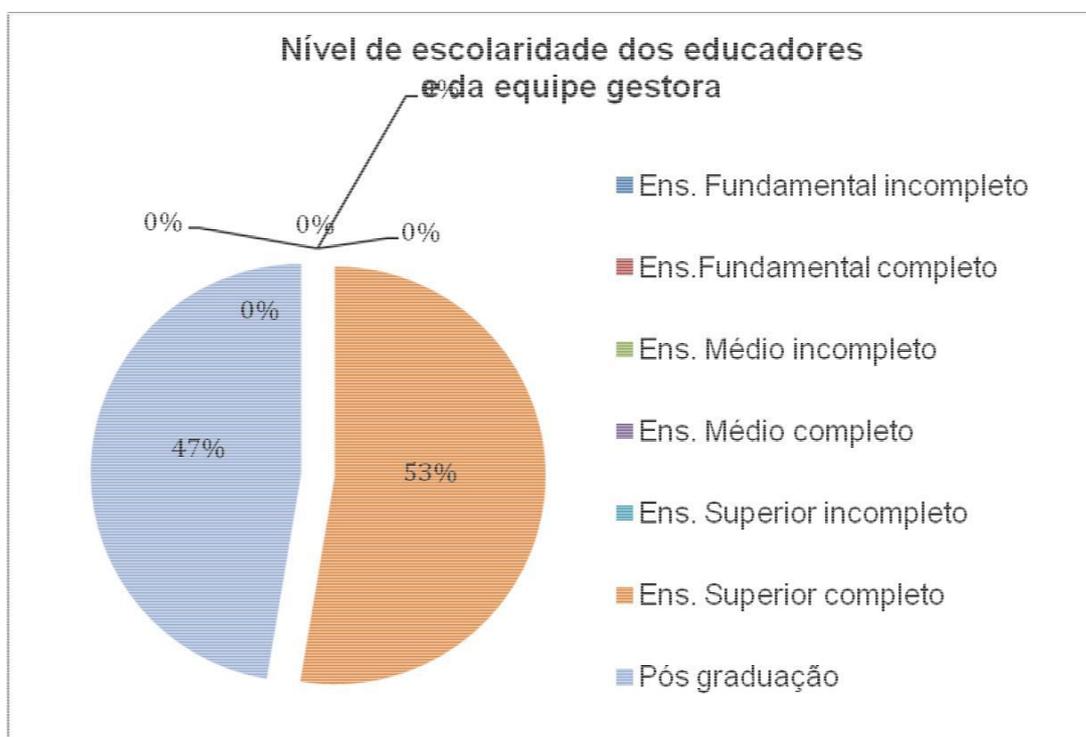


Gráfico 6 – Análise do nível de escolaridade dos educadores e equipe gestora

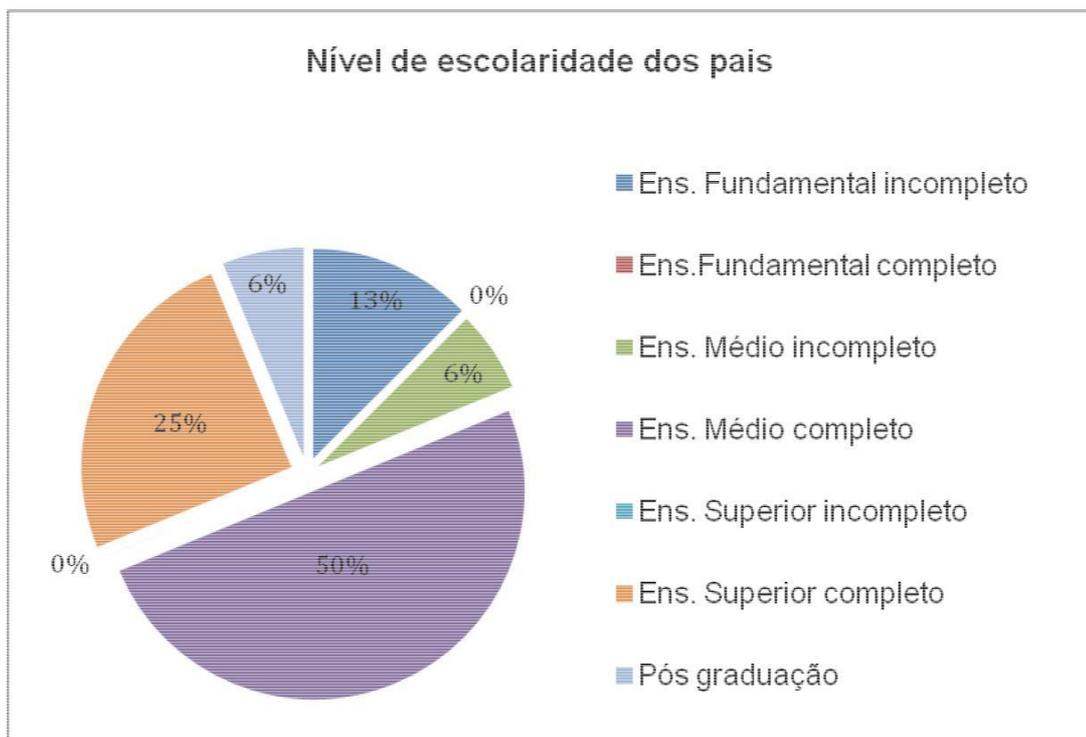


Gráfico 7 – Análise do nível de escolaridade dos pais

Iniciando as perguntas ligadas ao tema proposto, uma das questões foi referente à ida dos pais na escola para conversar com os educadores e a relação desta ida com a aprendizagem dos alunos.

Em sua maioria, e no caso dos pais a totalidade entrevistada, os grupos acreditam que a conversa dos pais com os educadores traz resultados positivos na aprendizagem. Destaca-se apenas um percentual de 11% dos educadores, dois entrevistados, que acreditam que são poucos os resultados positivos na aprendizagem mesmo com os pais indo à escola para conversarem com os educadores.

Atuando na escola, percebe-se que grande parte das conversas entre educadores e pais reflete resultados positivos, mas há excepcionalidades que não podem ser consideradas regras.

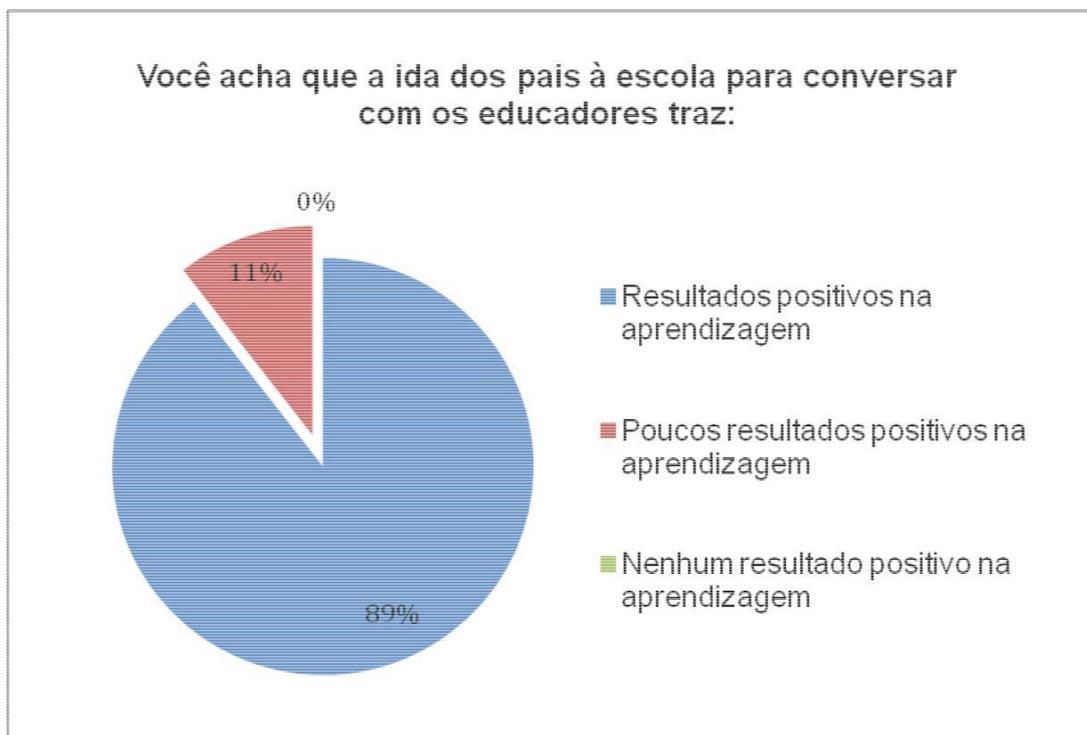


Gráfico 8 – Resposta dos educadores e equipe gestora para a questão “a”.

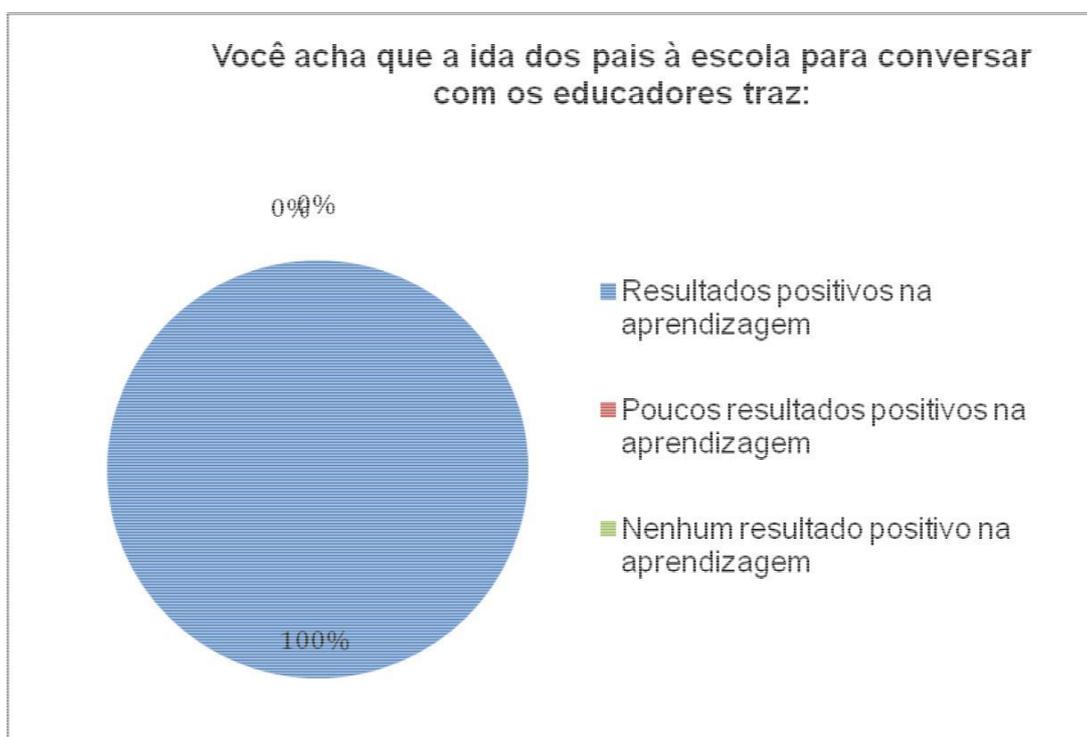


Gráfico 9 – Resposta dos pais para a questão “f”.

Uma questão direcionada ao grupo dos educadores e da equipe gestora abordava o fato dos pais olharem os cadernos dos filhos diariamente e se esta rotina significa que os pais são participativos na vida escolar dos filhos.

Pedi-se também a justificativa em relação à esta questão ao grupo. Discorreremos sobre as observações após o gráfico abaixo.

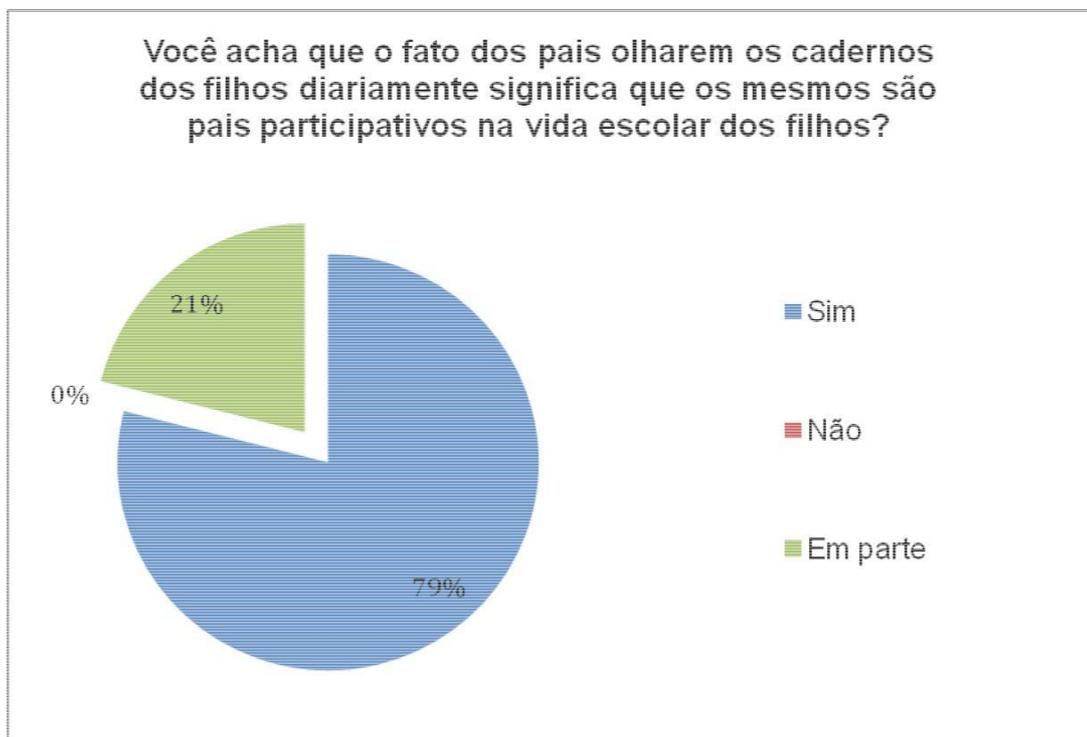


Gráfico 10 – Resposta dos educadores e equipe gestora para a questão “b”.

Apesar de 79% do grupo julgar que olhar os cadernos está vinculado à participação dos pais na vida escola, observa-se que 21% do grupo de educadores e da equipe gestora acreditam que esta participação vinculada ao olhar dos cadernos ocorre em parte.

Analisando a justificativa do grupo entrevistado aparecem termos como valorização e importância dos estudos dos filhos, que significa acompanhamento do aproveitamento escolar, demonstração de responsabilidade, de preocupação, de interesse, de comprometimento, de parceria com a escola, que alguns alunos são imaturos e precisam deste tempo diário para sentirem-se “obrigados” a estudar, que olhar os cadernos ajuda mas não é sinônimo de participação, que só há crescimento e aprendizado dos alunos com este auxílio e que desta forma os pais podem interferir positivamente pois possibilita um diagnóstico antecipado do andamento dos estudos.

Duas respostas fugiram ao que o grande grupo colocou e por isso serão analisadas individualmente. Em uma delas a professora coloca que os pais devem conversar com os filhos sobre o seu tempo de estudante, colocando suas experiências e incentivando os mesmos. Cruzando esta resposta com o nível de escolaridade dos pais, onde a maioria tem apenas o Ensino Médio nos parece que esta resposta estaria mais adequada se o nível de escolaridade fosse maior. Tendo em vista que muitos pais concluíram o Ensino Médio e certamente buscaram o mercado de trabalho por necessidade, dialogar sobre o seu tempo de estudante pode ser positivo somente à medida que sirva de exemplo para os filhos irem além. Será que para os pais que possuem baixa instrução escolar este diálogo é pertinente?

Outro destaque foi para a justificativa que os pais olham os cadernos para fiscalizar o trabalho do professor. Compreendemos que esta observação não deveria ser uma preocupação do educador que é comprometido com o seu papel e o desempenha de maneira satisfatória. Se estamos em uma escola pública, mantida com dinheiro público, onde se busca a gestão democrática e a participação dos pais, esta fiscalização a que se refere a educadora não é um dos papéis dos pais preocupados com o bom desenvolvimento intelectual do filho?

São questionamentos que ficam sem resposta, mas que merecem reflexão.



Gráfico 11 – Resposta dos pais para a questão “g”.

Observa-se nesta questão que 100% dos pais associam o fato de olhar os cadernos diariamente com resultados positivos na aprendizagem dos filhos. Podemos inferir que esta é uma forma de participação que os pais julgam adequada e positiva tendo em vista as dificuldades de estarem presentes fisicamente no dia a dia da escola conforme foi abordado nos capítulos anteriores, quer sejam por questões laborais ou mesmo de falta de costumes e hábitos participativos.

Ou seja, os pais olham os cadernos com a intenção clara de buscar melhores resultados nas aprendizagens dos filhos. Se este olhar surtirá efeitos é uma outra questão a ser investigada.

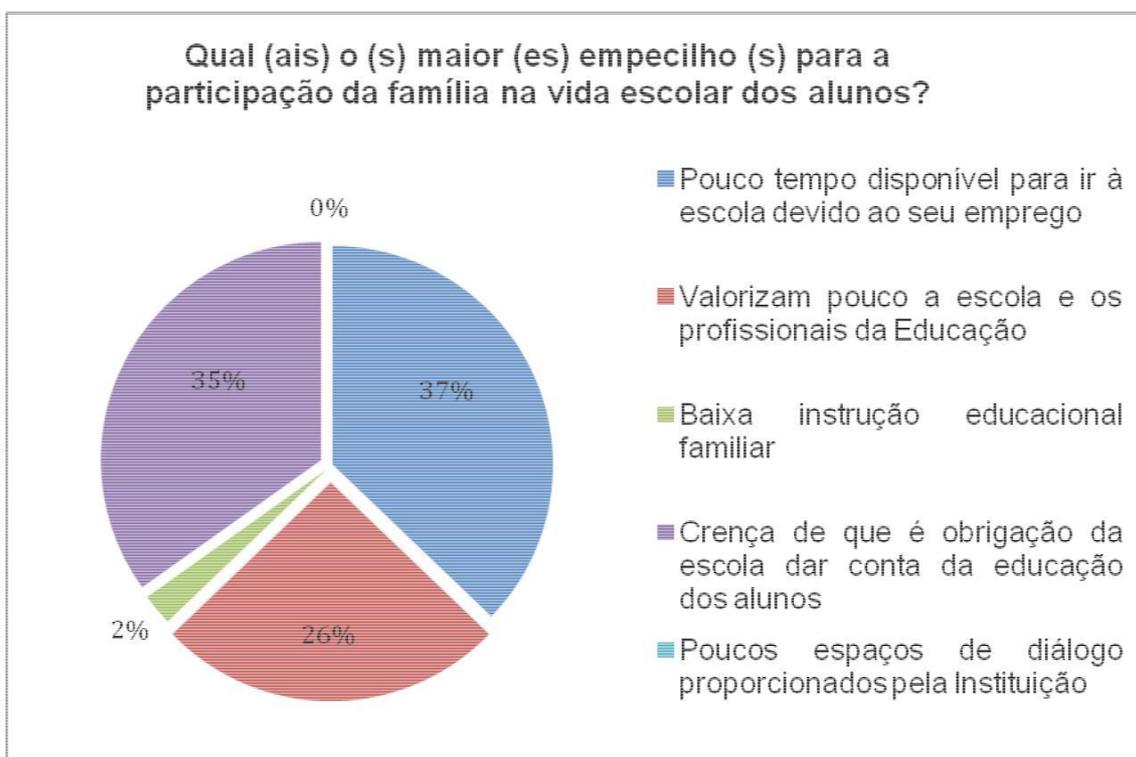


Gráfico 12 – Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão “c”.

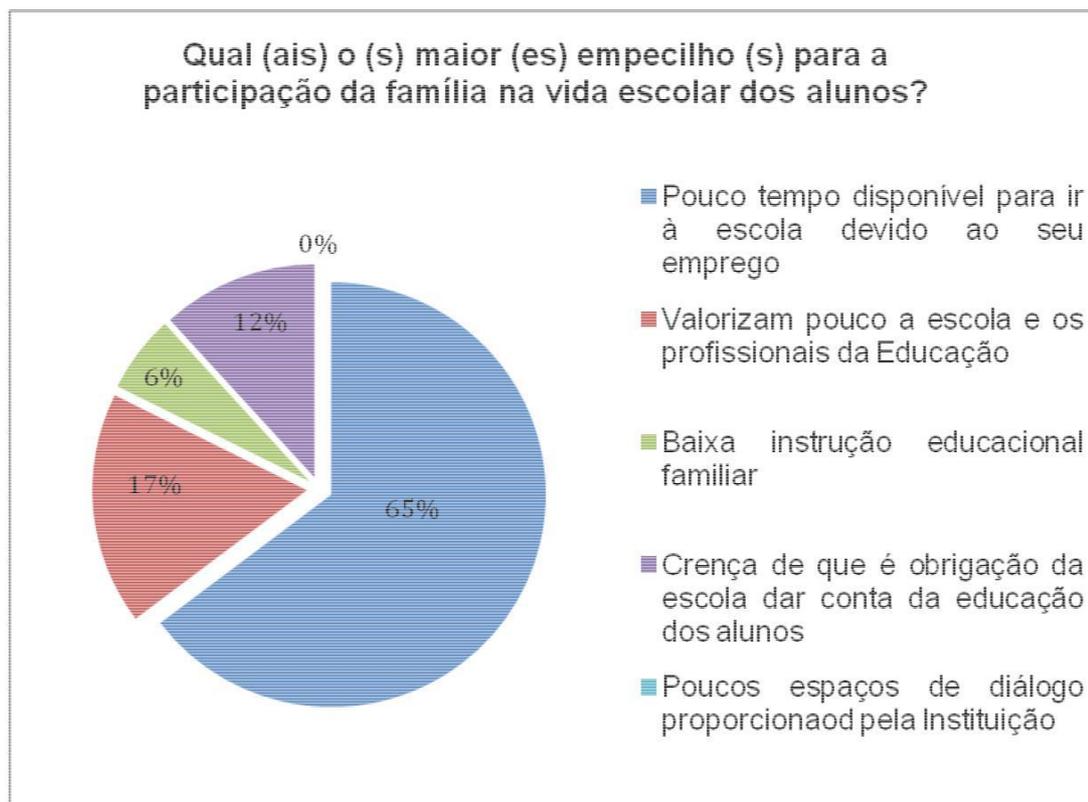


Gráfico 13 – Resposta dos pais para a questão “e”.

Pode-se perceber analisando o gráfico 12 que o grupo de educadores e da equipe gestora ficou dividido entre as alternativas de “pouco tempo disponível para ir à escola” e “crença de que é obrigação da escola dar conta da educação dos alunos”. A opção de “pouca valorização da escola e dos profissionais da educação” também foi bastante indicada enquanto que a alternativa “baixa instrução educacional” teve apenas 2% de marcação pelos educadores. A opção “poucos espaços de diálogos oferecidos pela escola” não foi destaque em nenhum dos grupos estudados.

Ao mesmo tempo, comparando as opções mais indicadas pelos grupos em estudos, nota-se claramente que o grupo de pais concorda que a atividade laboral é um impeditivo para uma participação maior, corroborando o que Paro (1991) abordava sobre a

“ [...] liberação do trabalhador com filho em idade escolar, de um determinado número de horas de trabalho, sem prejuízo de seus vencimentos, nos dias em que ele tivesse que comparecer à escola para participar de assembléias [sic] ou tratar de problemas relacionados à escolarização de seu filho”. (PARO, 1991, p.53).

Essa sugestão apresentada pelo autor está presente no Projeto de Lei 2322/15. No entanto, apesar de ser um projeto do ano de 2015 ainda precisa da aprovação de várias Comissões na Câmara dos Deputados. Já foi aprovado neste ano na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. Após esta aprovação, segundo o autor do projeto, precisa passar por outras Comissões antes de ir para votação em plenário. Considerando ser um ano eleitoral, como os políticos preocupados com seus interesses imediatos, possivelmente se terá que aguardar mais um tempo até o projeto virar lei e facilitar a vida dos pais trabalhadores.

Outro ponto que chama a atenção é o percentual de educadores e pais para a resposta de “crença de que é obrigação da escola dar conta da educação dos alunos”. Entre o grupo de educadores o percentual foi de 35% contra 12% dos pais. Esta disparidade nos percentuais deve servir como reflexão, pois esta crença está enraizada nos discursos diários dos educadores. Tratando-se de uma pesquisa onde o questionário foi preenchido de forma livre acreditava-se que este percentual entre os pais seria mais significativo.

A baixa valorização da escola e dos profissionais da educação destaca-se no grupo de pais com 17%, tendo para a mesma questão entre os educadores um percentual de 26%.

Uma resposta foi acrescentada por uma família como empecilho à participação da mesma. Foi acrescentada a resposta “desinteresse por parte da minha filha”. Analisando a realidade da escola e conhecendo a família em questão, percebe-se que esta queixa tem sido a de muitos pais ao procurar a escola, a de que os bilhetes não são entregues pelos filhos, que os mesmos não informam as datas de conselhos ou reuniões e que, por esse motivo, muitas vezes estão ausentes.

Sendo a faixa etária pesquisada composta por adolescentes em formação constante, não caberia aos pais, uma vez identificada a dificuldade na comunicação escola x família por conta das características inerentes aos jovens (vergonha, auto-afirmação pessoal e frente ao grupo, dentre outras) buscar meios de se fazer presentes sem “depende” tanto da disponibilidade e bem querer dos adolescentes?

Angustia a todos que convivem no dia a dia da escola essa questão do empoderamento das crianças e adolescentes frente aos pais que se veem perdidos e envoltos nesse enredo, sem saber como conduzir a situação.

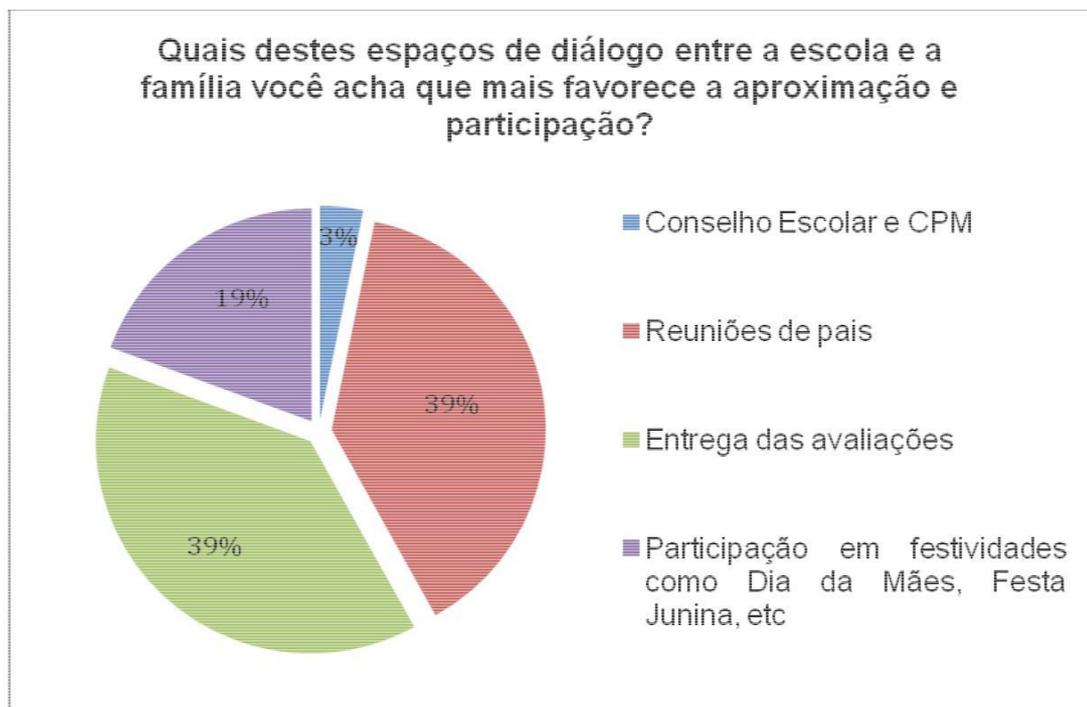


Gráfico 14 – Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão “d”.

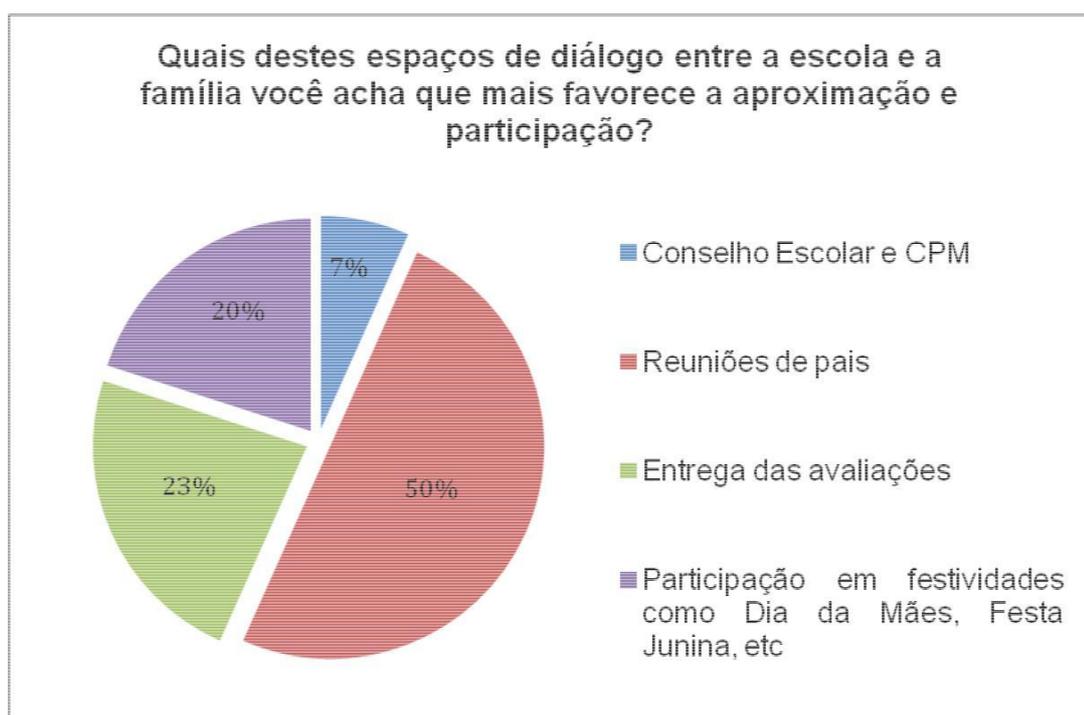


Gráfico 15 – Resposta dos pais para a questão “h”.

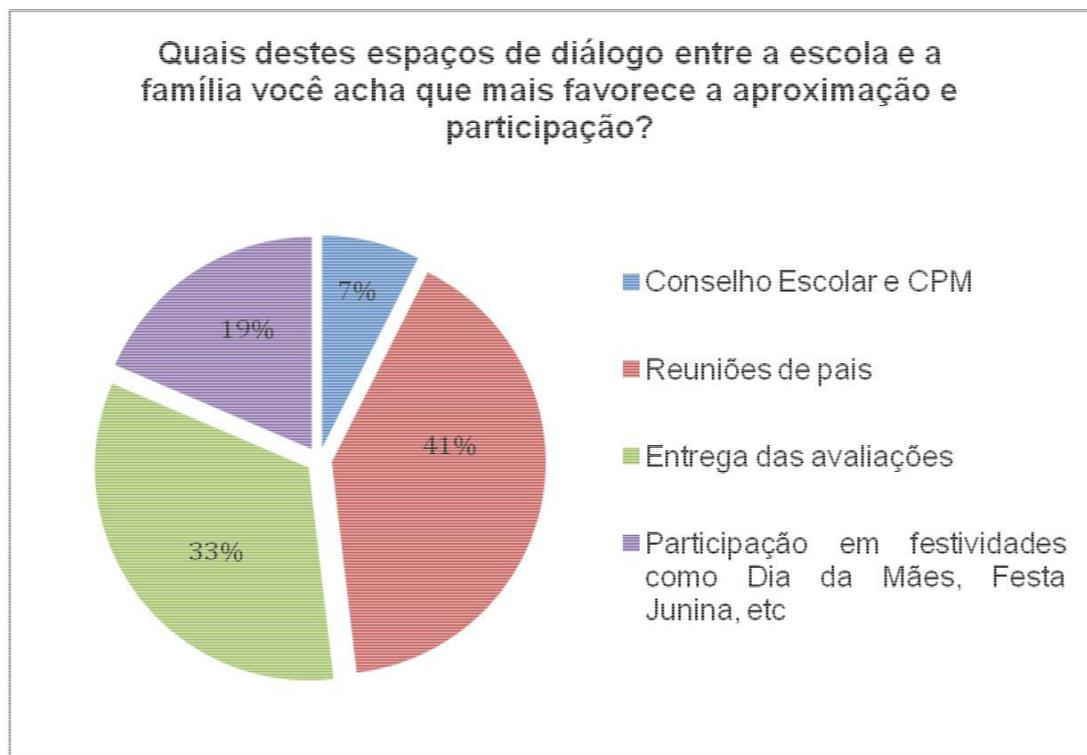


Gráfico 16 – Resposta dos alunos para a questão “d”.

Os três grupos, resguardadas pequenas diferenças nos percentuais, tiveram percepção semelhante quanto aos espaços de diálogo oferecidos pela escola.

Consideraram, em sua maioria, que as reuniões de pais é o espaço que mais aproxima e favorece a participação das famílias. No entanto, cabe destacar que a presença de pais e responsáveis em reuniões, especialmente nos Anos Finais do Ensino Fundamental, é sempre muito pequena ou mesmo insignificante perante a quantidade de alunos matriculados em uma turma. Muitos alunos quando questionados da ausência da família informam que comunicaram os pais, mas que os mesmos não puderam comparecer, sendo que os motivos variam muito, mas dentre eles sempre a questão laboral aparece. Em outras situações dizem que os pais não quiseram ir e pronto. Ou seja, se busca o diálogo e se oferece momentos participativos, mas ainda se está muito aquém quanto à efetividade das participações.

Outro ponto convergente entre os grupos foi a questão da entrega de avaliações como momento de aproximação e participação. Destaca-se que o

grupo pesquisado identifica este momento como importante, pois a gestão da escola vem buscando este momento como espaço de aproximação da escola com os pais, buscando horários diferenciados do horário comercial para promover as entregas avaliativas, fazendo a entrega de todas as turmas no mesmo horário (o que facilita aos pais com mais filhos) e onde os pais e os alunos podem conversar com os educadores, com a supervisão e mesmo a própria equipe a fim de terem esclarecidas suas dúvidas.

As festividades como Dia das Mães, Festa Junina, dentre outras, bem como a participação através do Conselho Escolar e CPM tiveram semelhança percentual nos três grupos.

Destaca-se um acréscimo à questão elaborada, onde uma família, além de marcar todos os itens como importantes para a aproximação, acrescentou a frase “e todos os outros que chamem os responsáveis para perto do trabalho dos educadores”.

Esta observação nos leva a acreditar que os pais têm sim interesse em participar de todos esses momentos de aproximação e diálogo e se não o fazem com mais ênfase ou de maneira mais numerosa, talvez seja, porque ainda estejam aprendendo a aproveitar estas oportunidades que a gestão democrática das escolas tem a oferecer.

7.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS DAS QUESTÕES DISSERTATIVAS

Uma das questões dissertativas comum aos entrevistados foi o entendimento sobre participação na vida escolar sob a ótica dos diferentes grupos: aos alunos questionou-se o entendimento destes sobre a participação dos pais na sua vida escolar (questão a); aos educadores e à equipe gestora o entendimento destes sobre a participação das famílias na vida escolar dos alunos (questão h); e às famílias o entendimento sobre o que significa participar da vida escolar do (a) filho (a) (questão a).

Analisando as respostas dos alunos observa-se que os mesmos ressaltam que participar é “auxiliar nas dificuldades”, é uma forma de se mostrar “disponível a ajudar”, que participar “motiva a estudar e dá mais segurança, “faz com que se leve mais a sério a escola”, que esta participação

é positiva para os alunos pois permite aos pais “saber como o filho está e acompanhar o que acontece na escola”.

Um aluno destaca que os pais devem participar, pois “os alunos não são responsáveis por si” e que cabe a estes esta responsabilidade que possibilitará, pelas palavras de outro aluno, um melhor “desenvolvimento”.

Outro aluno destacou a importância dos pais se fazerem presentes em “festa e eventos” e também indo “ao conselho escolar, reuniões de pais, entrega de boletins”, ou seja, todas aquelas formas participativas tradicionais que os alunos percebem como importantes para os pais se fazerem presentes na vida escolar deles.

Dentre o grupo de pais surgiram conceitos como forma de “contribuição para o futuro do filho”, “incentivo a continuar estudando”, “valorização da escola e do estudo” “ato importante para a formação educacional”, estar “atento ao que acontece no dia a dia” e desta forma poder “participar intelectualmente” do desenvolvimento.

As palavras “participação e acompanhamento” foram as que mais se repetiram ao longo das entrevistas.

“Gratificação de poder ajudar”, participação em “todas as etapas da vida escolar”, forma de “acompanhamento do dever de casa, dos trabalhos e das reuniões” bem como a “possibilidade de novos aprendizados”, “orientação” para os alunos e demonstração de “sintonia com a escola em razão do conteúdo e da avaliação” e “participa do que for convidada” auxiliando assim para que o filho seja um grande homem” são outras formas de expressão utilizadas pelos pais para responderem à questão.

Entre os educadores os termos mais recorrentes foram “acompanhamento diário”, “ida à escola quando necessário” e “revisão diária em casa dos cadernos, dos exercícios e das provas”. Outra citação foi que participar é “compromisso sério”, que significa “cobrar disciplina e comportamento”, “efetiva participação do filho nas atividades escolares e extra-classe”, “complementar o que é desenvolvido na escola” pois “muitos pais só criticam”.

Levando em consideração algumas das colocações acima e recordando que o grau de instrução educacional familiar é de 70% de nível fundamental /médio não é de se estranhar que os educadores tenham

perspectivas participativas em relação aos pais que não se efetivam na prática, talvez porque suas expectativas estão relacionadas à sua própria instrução educacional (onde a totalidade do grupo pesquisado é graduado ou pós graduado) e não vinculada à realidade educacional das famílias. O grupo indica que deseja pais que revisem conteúdos, mas serão esses pais capazes de retomar assuntos que desconhecem ou já nem lembram mais?

Obviamente, outros indicativos dos educadores para o entendimento de participação como “em todas as atividades propostas pela escola além das reuniões, de olhar os cadernos e da entrega de boletins”, estar “atento ao desenvolvimento do aluno e do cumprimento dos deveres escolares”, “conversar com os educadores” são possibilidades participativas possíveis aos pais, mas que muitas vezes esbarram em outras dificuldades que serão abordadas nas análises das próximas questões.

Claramente quando os educadores citam que participar é “interagir, dialogar e orientar” para que o “aluno tenha sucesso na aula”, sendo, portanto, participação “essencial para a aprendizagem”, todos estão em busca de parcerias para o objetivo maior que é o sucesso escolar dos alunos.

Para que estas compreensões sobre participação fossem pensadas vinculadas à realidade das famílias estudadas, uma das questões elaboradas aos alunos era se os seus pais eram participativos e de que forma essa participação aconteceria (questão b).

Dentre as respostas destes, a maioria percebe a participação da sua família indo às reuniões e atividades da escola, bem como ajudando nos temas, trabalhos e no estudo para as provas. Mereceu destaque também os pais que olham os cadernos, buscam boletins e conversam com os educadores.

Um aluno destacou que o “pai dá aula particular de matemática e a mãe auxilia nas outras matérias”, mas esse foi um destaque único bem como do aluno que coloca que os pais “ajudam a compreender os conteúdos”.

Dois alunos destacaram que a participação dos seus pais se dá, também, através de “levar e buscar na escola”.

Para os pais a questão (b) teve como abordagem o quanto atuantes os pais se consideram na vida escolar dos filhos.

Os pais se consideram atuantes em sua maioria. Os que consideram que deveriam ser mais participativos indicam como dificuldade o fato de não poderem sair do serviço para acompanhar melhor.

Suas atuações foram associadas à conversa com os educadores ou equipe diretiva sempre que chamados, acompanhamento diário em casa seja olhando cadernos, auxiliando em trabalhos/temas ou dialogando, participação em atividades ou reuniões.

Aos educadores se questionou, sob o seu ponto de vista, se as famílias da escola estudada são participativas (questão i).

Em sua maioria, o grupo considera os pais participativos, percebendo também que a participação nas Séries Finais do Ensino Fundamental é menor quando comparada aos Anos Iniciais.

A participação das famílias se efetiva nas festividades, reuniões e entrega de avaliações.

Identificam que por ser uma escola menor (que só atende Ensino Fundamental) a aproximação e frequência das famílias no ambiente escolar é maior, apesar de também ser importante o registro de que há famílias que não participam tanto e que se mostram preocupadas somente ao final do ano letivo.

Destaca-se a observação de uma educadora que cita que os pais são presentes ajudando inclusive na manutenção do “padrão” de organização da escola.

Outro educador destaca que percebe famílias com condições socioeconômicas melhores (importante frisar esta percepção do educador quando o mesmo compara a realidade desta escola com a realidade de outra comunidade na qual lecionou que era considerada mais periférica) o que reflete, segundo seu ponto de vista, em melhores condições de educação e, conseqüentemente, de acompanhamento da vida escolar dos filhos.

Segundo outra educadora as famílias são participativas, mas podem ser ainda mais, pois “família e escola devem andar juntas”.

Por fim, outra educadora destacou que pais comprometidos obtém melhores resultados da aprendizagem dos filhos.

Em outra abordagem da entrevista com os alunos se questionou como estes gostariam que ocorresse a participação dos pais na sua vida escolar (questão d).

Destacaram os alunos em sua maioria que os pais já participam o bastante e que são “gratos” e estão “satisfeitos” com a participação dos pais.

Colocam também que esta participação pode se efetivar na presença em reuniões e em datas comemorativas (um aluno destacou que gostaria que o pai tivesse mais tempo para ir à escola, mas que seu trabalho é um empecilho a esta participação), auxiliando no esclarecimento de dúvidas e ajudando nas tarefas de casa.

Merece um olhar especial a resposta do aluno que indicou na questão “b” que seu pai lhe dá aulas particulares de matemática. Destacou o menino na questão que está sendo analisada que “gostaria que seu pai desse exercícios da matéria mais recente, sem avançar muito”, o que sugere uma pequena falta de diálogo entre estes para que possam ajustar o auxílio dado/recebido de forma que seja satisfatório a ambos.

Aos educadores a questão “e” se referia aos espaços de diálogo promovidos pela escola para interação entre educadores e pais.

Apesar de ser uma questão dissertativa foi possível elaborar o gráfico da mesma tendo em vista as respostas objetivas dadas à questão.

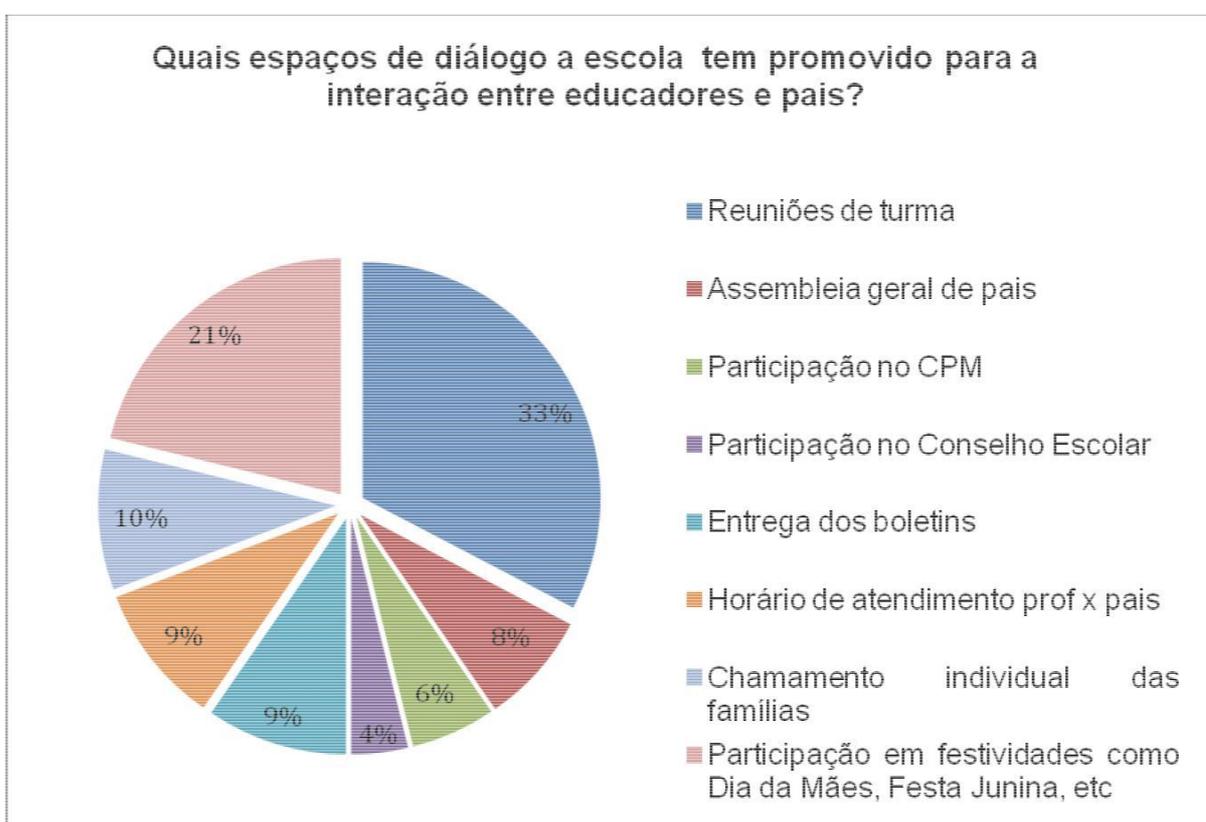


Gráfico 17 – Resposta dos educadores e da equipe gestora para a questão “e”.

Percebe-se que os educadores identificam como principal espaço de diálogo as reuniões de turma. Em seguida, aparecem das festividades.

Importante ressaltar que neste ano letivo, na carga horária destinada à hora atividade de todos os educadores, há um período que foi organizado pela gestão da escola como sendo período de atendimento, ou seja, neste horário pode ser agendado a pedido dos pais ou dos educadores, um momento para que ambos sentem e conversem a respeito da aprendizagem do aluno sem que haja a interrupção da aula do professor neste momento. Sendo uma experiência de anos anteriores sem que tenha atingido a todos, por inúmeras razões, percebe-se neste ano esse destaque e esta valorização dos educadores a este momento que deve ser reforçado junto ao grupo como significativo para que permaneça ao longo dos próximos anos e que também seja de maior conhecimento por parte dos pais, já que integrando a supervisão da escola tem-se o conhecimento de que ainda não é do domínio de todos.

Além de ser abordada a questão dos espaços de diálogo promovidos pela escola aos pais a questão “c” pretendia identificar se as famílias têm o conhecimento dos mecanismos de participação promovidos pela escola.

Dez famílias dizem ter conhecimento dos mecanismos. Uma argumenta que participa conforme as possibilidades e que não participa mais por causa do trabalho; outra, que é informada por outras famílias das reuniões e não pelos filhos; outras famílias destacam que são informadas de todos os acontecimentos da escola através de bilhetes; uma família informa que participa através do CPM, das assembleias de pais, das festividades e das reuniões.

Sobre as reuniões de pais, outras três famílias colocam que participam somente das reuniões.

Destaca-se que três famílias afirmam desconhecer os mecanismos de participação promovidos pela instituição.

Não surpreende que algumas famílias desconheçam os mecanismos de participação, uma vez que se identifica na realidade escolar muitas famílias

trabalhadoras e com pouco tempo para estarem presentes na escola, ficando, portanto, um pouco alheias aos acontecimentos do dia a dia.

Aos educadores a questão “g” tratava de identificar se a escola informa as famílias ou se as mesmas têm conhecimento dos mecanismos de participação promovidos para manter a interação com os pais.

Dizem os educadores, em sua maioria, que a escola informa, especialmente através de bilhetes, tudo o que acontece; alguns destacam que as famílias já detêm esse conhecimento; destacam outros que no início do ano letivo, na assembleia geral de pais as datas principais são passadas e posteriormente as atividades são reforçadas através de bilhetes.

Alguns educadores preferiram não justificar a resposta, informando apenas que sim, as famílias já tem esse conhecimento. Em contrapartida, outros afirmam que apenas algumas famílias sabem dos mecanismos de participação.

Dois educadores destacam que o horário de atendimento individualizado organizado pela escola é um dos mecanismos que as famílias já têm conhecimento e que aproveitam para interagir neste espaço.

Contrapondo as respostas dos educadores e das famílias percebe-se uma similaridade nas mesmas em relação ao conhecimento dos mecanismos de participação. Ambos os grupos divergem entre ter ou não esses conhecimentos e quais seriam estes.

Para finalizar esta abordagem dos mecanismos de participação, questionou-se as famílias (questão d) sobre quais seriam os mecanismos participativos mais adequados à sua participação na vida escolar.

Referem as famílias que as reuniões escolares de pais, especialmente as de entrega de boletins ou com assuntos específicos seriam os meios mais apropriados; duas famílias colocam que a escola é muito boa neste sentido e que “não adianta tantos meios se os pais não participam do processo, vindo à escola somente ao final do ano letivo”; uma família sugeriu reuniões fora do horário comercial enquanto outra sugeriu um canal de atendimento direto.

Duas famílias abordaram que as conversas individuais com os educadores são positivas.

Interessante destacar que quatro famílias não responderam à questão citada e que uma família coloca que “acha interessante quando a escola precisa se juntar pra o bem da comunidade”.

Por esta fala podemos inferir que a família percebe a importância da instituição escolar vinculada ao bem social.

Aos educadores a reflexão final era no sentido de saber quais os desafios e dificuldades da gestão escolar para promover a participação da família na escola (questão f).

Seis educadores destacaram a dificuldade de se encontrar um horário adequado à realidade das famílias e também à realidade dos docentes que exercem suas atividades em outras instituições e turnos; cinco colocaram a falta de comprometimento dos pais com a vida escolar dos filhos; outros dois destacaram o desafio de se convencer os pais da importância da participação bem como de se atingir as famílias dos alunos que mais precisam.

Três educadores registraram que os pais alegam falta de tempo, mas que ao mesmo tempo há muito desinteresse por parte desses também.

Uma educadora alega não ver dificuldades ou desafios à gestão da escola e outro colabora colocando que não depende da gestão e sim da sociedade em geral.

Uma educadora preferiu não responder à questão.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a análise das entrevistas e cruzando as informações obtidas dos diferentes grupos, pode-se perceber que as famílias, ao contrário do que os educadores comentam pelos corredores das escolas e verbalizam informalmente, se consideram participativas. Os pais que reconhecem não participar tanto quanto gostariam, justificam que o impeditivo maior é conseguir liberação do trabalho principalmente por causa dos conflitos de horário do serviço com o das reuniões escolares, fato este corroborado pelas respostas dos educadores.

Todavia, as famílias argumentam que participam sempre que podem, reconhecem, em sua maioria, os mecanismos de participação ofertados pela escola e acompanham os cadernos dos filhos com regularidade. As respostas dos alunos convergiram no mesmo sentido, confirmando, portanto, o que as famílias apontam.

Outro ponto de destaque foi a escolaridade das famílias entrevistadas. Muitas vezes os educadores solicitam apoio da família de forma complementar aos estudos da escola. No entanto, há de se salientar que este apoio em casa torna-se de difícil ou até mesmo inviável quando lidamos com instrução familiar de nível médio em sua maioria e, em alguns casos, até de Ensino Fundamental Incompleto.

Este olhar com base em dados reais possibilita que as intervenções ou sugestões docentes, no que tange o apoio familiar, possam ter outro viés que não seja o de esperar reforço escolar de famílias que talvez não dominem o assunto a ser estudado ou já nem recordem mais devido ao tempo afastamento dos bancos escolares.

É de grande necessidade, em alguns casos, que os estudantes revejam o assunto estudado ou se preparem para as provas com mais dedicação. No entanto, fica a reflexão: será que a atuação docente tem sido plenamente capaz de atender a este aluno com mais dificuldade ou essa transferência de responsabilidade para a família é uma espécie de reconhecimento da sua incapacidade de atingir a todos os alunos, em especial daqueles que mais necessitam?

Devemos reconhecer que lidamos diariamente com muitos educadores que não desempenham suas funções com a qualidade que se espera. A metodologia única ou excessivamente tradicional é suficiente (mesmo que inadequada) a muitos alunos, mas não atinge a todos. Neste caso, o papel de repensar sua metodologia e buscar outras estratégias de aprendizado e de avaliação é do profissional da educação formado para isto. Mas, em muitas situações, o que se visualiza na rotina das escolas é a transferência da responsabilidade deste aluno que não aprendeu, e que tem desempenho abaixo do esperado para a família.

Se os educadores, que tem escolaridade superior completa, e em muitos casos, pós-graduação, não dão conta deste aluno, como esperar resultados das famílias?

Por estes e outros motivos, a desvalorização dos profissionais da educação e da educação pública teve destaque, como um empecilho à participação, tanto no grupo de pais quanto no dos educadores, divergindo apenas nos percentuais. Percebe-se que o desmonte da escola pública e da qualidade de ensino através dos poucos incentivos à carreira docente, trazem reflexos ao dia a dia da escola e são percebidos por todos que convivem com esta. O grande desafio, talvez, seja buscar através da participação das famílias na escola meios de se resgatar em cada Instituição o valor que merecem.

As famílias, por sua vez, reconhecem que as conversas com os educadores trazem resultados positivos na aprendizagem dos alunos. Os educadores reconhecem que algumas medidas adotadas pela equipe gestora, como o horário de atendimento individualizado, contribui de maneira significativa para a aproximação e facilita o atendimento às famílias.

Pode-se inferir, portanto, que tal medida da equipe gestora tem tudo para aproximar ainda mais os pais da escola e dos educadores possibilitando assim melhores resultados nas aprendizagens dos educandos.

Sobre os mecanismos de participação promovidos pela escola, tanto pais quanto educadores referem, em sua maioria, ter conhecimento dos mecanismos de participação e destacam que a escola informa sobre tudo o que acontece e que, portanto, desta forma, os pais estão cientes.

Quanto aos espaços de diálogo promovidos pela escola, as reuniões de turma ou as reuniões para entrega das avaliações são os espaços que mais

se destacaram. E esse destaque foi um ponto convergente entre pais e educadores.

Conclui-se após toda a análise dos teóricos escolhidos e, principalmente, após a análise das entrevistas que a gestão da Instituição escolhida está construindo uma caminhada muito interessante com o intuito de fortalecer a Gestão Democrática na escola.

Sabe-se, após este estudo, que é impossível desvincular Gestão Democrática de participação e todas as respostas convergiram no sentido de afirmarem que a escola promove espaços de diálogo, os pais e os educadores reconhecem os espaços os mecanismos de participação e que o grande empecilho apontado por estes grupos é a questão de tempo, em especial pelos horários de trabalho dos pais conflitante com o horário de funcionamento da escola selecionada.

REFERÊNCIAS

BHERING, Eliana; SIRAJ-BLATCHFORD, Iram. **A relação escola-pais: um modelo de trocas e colaboração.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n. 106, p.191-216, mar. 1999. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n106/n_106a09.pdf> Acesso em 14. Set. 2017

BORDIGNON, Genuíno. **Gestão Democrática da Educação.** Brasil. MEC. Boletim 19. Out. 2005.

BRANDÃO, C.R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular - **Revista Educação Popular.** Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional .** Disponível em: <www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 09 maio 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em: 16 maio 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal. nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm> Acesso em: 31 maio 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em 13 jun. 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Dispõe sobre o estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso em: 13 jun. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei.** Lei nº 2.322/15. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/511303-COMISSAO-APROVA-REUNIAO-ESCOLAR-OBRIGATORIA-E-ABONO-PARA-PRESENCA-DOS-PAIS.html>> Acesso em: 20 maio 2018.

CAREGNATO. R. C. A; MUTTI, R. **Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo.** Texto Contexto – Enfermagem. Florianópolis,

2006. Vol. 15, n.4, p. 679-84. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>> Acesso em: 02. out. 2017.

CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. **Colaboração entre pais e escola: educação abrangente.** Psicologia Escolar e Educacional. Vol.2, n.2, pp.153-160.1998. Documento eletrônico. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141385571998000200009&script=sci_abstract&lng=pt> Acesso em: 15 set. 2017.

CHIZZOTTI, A. A Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais: Evolução e Desafios. Revista Portuguesa de Educação. Portugal, v. 16, n. 02, p. 221-236. 2003.

COLUSSI, Eliane Ávila. **Ampliação do Ensino Fundamental para 9 anos e a inclusão aos 6 anos de idade.** 2010. 111f. Monografia (especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Lei nº 10.576, de 14 de novembro de 1995. **Dispõe sobre a Gestão Democrática do Ensino Público e dá outras providências.** Disponível em: <http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/eleicao_lei_10.576_comp_2015111.pdf> Acesso em: 09 maio 2018.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades.** Em Aberto. Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun. 2000.

OLIVEIRA, João Ferreira de; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://escola.de.gestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf> Acesso em: 09 maio 2018.

PARO, Vitor Henrique. **A utopia da gestão escolar democrática.** Revista de Educação. São Paulo: n. 6, p. 33-35, nov. 1991. Documento eletrônico. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1235>> Acesso em: 12 set. 2017.

_____. **Qualidade do ensino: A contribuição dos pais.** São Paulo: Xamã Editora, 2018.

QUADROS, Claudemir de. **Enfoques de Pesquisa em Educação.** Livro Texto da disciplina. Núcleo de Tecnologia Educacional. Santa Maria: UFSM, 2010.

SÁ, Virgínio. **A Relação Escola-Pais- da Tese das “Esferas De Influência Separada” à tese das “Esferas de Influência Sobreposta”.** Universidade do Minho/IEP. 2002. Documento Eletrônico. Disponível em: <<http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/VIIIcongreso/pdfs/45.pdf>> Acesso em: 15 det. 2017.

_____. **A (Não) Participação dos Pais na Escola: A Eloquência das Ausências.** In: Veiga & M. Fonseca (Orgs.). *As Dimensões do Projecto Político Pedagógico.* Campinas: Papirus Editora. 2001.

SILVA, Nilson Robson Guedes. *Gestão Escolar Democrática: uma contextualização do tema.* **Revista Práxis Educacional.** Vitória da Conquista v. 5, n. 6 p. 91-106 jan./jun. 2009.

UNESCO. Ministério da Educação. **Interação escola-família: Subsídios para práticas escolares.** Castro, M; Regattieri, M. (Orgs). Brasília. 2009.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
MARIA CURSO DE PÓS -GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA ESPECIALIZAÇÃO
LATO SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL

Termo de consentimento para publicação

Este termo refere-se ao Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A participação da família na escola na perspectiva de pais, educadores e alunos” desenvolvido no Curso de Especialização em Gestão Educacional/UFSM, de autoria de Renata Brum Kerchiner sob a orientação de Eliane de Ávila Colussi.

A presente pesquisa tem como objetivo investigar as concepções dos pais, alunos e educadores a respeito da participação da família na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco e também como se dá essa participação.

Os resultados desta entrevista serão divulgados na íntegra ou em partes, através de publicação impressa ou *online*, com fins acadêmicos e culturais. Nesse sentido, são utilizados fragmentos da entrevista transcrita abaixo:

Entrevista realizada com _____ no dia _____.

Eu, _____ abaixo assinado, entrevistado para o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “Família na Escola: Um Desafio para uma Gestão Democrática” autorizo a publicação do texto citado, e concordo que meu nome seja mencionado.

Assinatura do entrevistado

Camaquã, _____ de _____ de 2018.

APÊNDICE B – INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS PAIS

() Poucos espaços de diálogo proporcionado pela Instituição.

f) Você acha que a ida dos pais à escola para conversar com os educadores traz:

- () Resultados positivos na aprendizagem dos alunos
- () Poucos resultados positivos na aprendizagem dos alunos
- () Nenhum resultado na aprendizagem dos alunos

g) Você acha que o fato dos pais olharem os cadernos dos filhos diariamente traz:

- () Resultados positivos na aprendizagem dos alunos
- () Poucos resultados positivos na aprendizagem dos alunos
- () Nenhum resultado na aprendizagem dos alunos

h) Quais destes espaços de diálogo entre a escola e a família você acha que mais favorece a aproximação e participação?

- () Conselho Escolar e CPM
- () Reuniões de pais
- () Entrega de avaliações
- () Participação em festividades como Dia das Mães, Festa Junina, etc.

**APÊNDICE C – INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS
EDUCADORES E DA EQUIPE GESTORA**

Caro educador e/ou integrante da equipe gestora:

Esta pesquisa tem por objetivo buscar elementos da realidade escolar servindo base para o Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Educacional promovido pela Universidade Federal de Santa Maria em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, Polo São Lourenço do Sul.

Para atingir este objetivo, solicitamos que responda a pesquisa abaixo com a maior fidelidade possível.

Identificação geral

1- Qual sua idade? _____

2- Qual seu estado civil? Solteiro(a) Casado(a)
 Separado(a)/Divorciado(a)

3- Qual seu nível de escolaridade?

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental incompleto completo | <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Médio incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino Superior incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino Superior completo |
| <input type="checkbox"/> Pós graduação | |

a) Você acha que a ida dos pais à escola para conversar com os educadores traz:

- Resultados positivos na aprendizagem dos alunos
 Poucos resultados positivos na aprendizagem dos alunos
 Nenhum resultado na aprendizagem dos alunos

b) Você acha que o fato dos pais olharem os cadernos dos filhos diariamente significa que os mesmos são pais participativos na vida escolar dos filhos?

- Sim Não Em parte

Justifique sua resposta: _____

c) Qual (ais) o (s) maior (es) empecilho (s) para a participação da família na vida escolar dos alunos?

- Pouco tempo disponível para ir até a escola devido ao seu emprego
 Valorizam pouca a escola e os profissionais da Educação
 Baixa instrução educacional familiar
 Crença de que é obrigação da escola dar conta da educação dos alunos
 Poucos espaços de diálogo proporcionado pela Instituição.

d) Quais destes espaços de diálogo entre a escola e a família você acha que mais favorece a aproximação e participação?

- () Conselho Escolar e CPM
- () Reuniões de pais
- () Entrega de avaliações
- () Participação em festividades como Dia das Mães, Festa Junina, etc.

e) Quais espaços de diálogo a escola tem promovido para a interação entre _____ educadores _____ e pais? _____

f) Quais as principais dificuldades e desafios encontrados pela gestão escolar para promover a participação da família na escola? _____

g) A escola informa as famílias ou as famílias já tem conhecimento dos mecanismos de participação que a instituição possui para manter uma interação com os pais? _____

h) O que você entende por participação da família na vida escolar do aluno? _____

i) Você considera as famílias dos alunos matriculados na Escola Estadual de Ensino Fundamental Manoel da Silva Pacheco participativas? Por quê?

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DA COLETA DE DADOS DOS ALUNOS

Aluno:

Esta pesquisa tem por objetivo buscar elementos da realidade escolar servindo base para o Trabalho de Conclusão de Curso em Gestão Educacional promovido pela Universidade Federal de Santa Maria em parceria com a Universidade Aberta do Brasil, Polo São Lourenço do Sul.

Para atingir este objetivo, solicitamos que responda a pesquisa abaixo com a maior fidelidade possível.

Identificação geral

1- Qual sua idade? _____

a) O que você entende por participação de pais na sua vida escolar? _____

b) Os seus pais participam da sua vida escolar? De que forma? _____

c) Como você gostaria que ocorresse a participação dos seus pais na sua vida escolar? _____

d) Quais destes espaços de diálogo entre a escola e a família você acha que mais favorece a aproximação e participação?

() Conselho Escolar e CPM

() Reuniões de pais

() Entrega de avaliações

() Participação em festividades como Dia das Mães, Festa Junina, etc.